

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER –

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

II Série | Nº 31 | Julho/Agosto 2005



Centro Bem-Estar Social Jambô Ferreira Cabral (Bem-Estar) / Ana Lima

Em Destaque

Economia social e solidária



ASDEPR
Lagoa, Nordeste,
Povoação, Ribeira Grande
e Vila Franca do Campo

P 12 Um fim-de-semana em Lagoa, Nordeste, Povoação,
Ribeira Grande e Vila Franca do Campo

P 3 Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007-2013

P 4 e 5 Entrevista a Rogério Roque Amaro

P 7 Economia social - uma outra forma de empreender

Economia social e solidária

Numa sociedade globalizada onde se agudizam fenómenos de exclusão e desemprego, e dois terços da humanidade vivem com menos de dois dólares por dia, inúmeros actores e instituições tentam encontrar respostas para estes graves desequilíbrios.

Estas respostas não são uniformes, elas apresentam formatos e modelos diferentes, opções e históricos diferenciados, agregados ou não a modelos teóricos, mas fazem parte de uma mesma família alargada: a da economia social e solidária, já que conceitos equivalentes ou próximos, como terceiro sector, *non profit sector*, podem ser integrados sob esta designação.

Falar de economia social e solidária é trabalhar na unificação de dois conceitos e redes, conscientes das suas diferenças e das tensões que os percorrem, mas aos quais nos encontramos no quadro português relativamente incólumes dada a incipiente reflexão sobre estas matérias. Essa reflexão pouco aprofundada não é, porém, sinónimo de fragilidade específica - dado que o peso das iniciativas no quadro da economia social tem aumentado -, mas antes de uma fraca opção em inscrevê-las como "políticas de desenvolvimento" e aprofundar o alcance destas em matéria de cidadania ou coesão social.

Dentro desta família alargada encontramos iniciativas tão distintas, como a organização de produtores com o objectivo de melhorar ou comercializar a sua produção, iniciativas de habitantes ou outros agentes (nomeadamente das associações de desenvolvimento local) no sentido de encontrar respostas de serviços e genericamente contribuir para o aumento da qualidade de vida das pessoas (serviços à população, serviços de proximidade), iniciativas empresariais associadas aos processos de inserção das populações mais vulneráveis (empresas de inserção, *régies de quartier*, etc.), cooperativas de inserção e cooperativas sociais.

"Ao falar de economia social referimo-nos a organizações que actuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas. A economia social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas", esclarece Manuel Canaveira de Campos, presidente do INSCOOP.

Rogério Roque Amaro, professor no ISCTE e militante do desenvolvimento local, explica numa entrevista em que detalha a importância e evoluções da economia social, e a emergência do conceito de economia solidária, que "o reacendimento do conceito de economia social dá-se no princípio dos anos 80, com a globalização e o agravamento dos problemas sociais". "O conceito de economia solidária começou a ser utilizado recentemente, no quadro europeu francófono, para designar as novas formas de economia social que estão relacionadas com o desafio da solidariedade decorrente do agravamento da pobreza e da exclusão social, sobretudo nas últimas três décadas do século XX."

Iniciativas como as da Cresaçor, ADRAMA, ASDEPR, Associação Santana Cidade Solidária, ADAE, Mó da Vida, Centro Social e Cultural da Atalhada, Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil Jacinto Ferreira Cabido, Associação Garçatinha, ilustram a diversidade das intervenções e o empenho dos seus intervenientes.

Neste número do jornal *Pessoas e Lugares*, espaço ainda para o território de intervenção da ASDEPR, que abarca os concelhos de Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Nestes concelhos o emprego agrícola tem ainda uma importante expressão, associado fundamentalmente à produção de beterraba, tabaco, ananás, chá e à exploração pecuária. O turismo tem registado uma franca expansão, aproveitando os magníficos recursos paisagísticos e o clima ameno da ilha. Os constrangimentos ligados à insularidade ou associados a problemas específicos de certas zonas (baixos níveis de qualificação, taxas de analfabetismo importantes, desemprego) constituem os principais obstáculos a ultrapassar através de uma abordagem integrada e do apoio a iniciativas inovadoras. Na rubrica *Fim-de-semana* a ASDEPR convida-o para um passeio inesquecível pelos cinco concelhos, onde poderá usufruir das paisagens destas terras bordadas de oceano e visitar um conjunto de iniciativas apoiadas pelo LEADER.

Cristina Cavaco

Pedido de envio do Jornal *Pessoas e Lugares*

Nome:	
Organização:	
Função:	
Morada:	
Código postal: -	
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Comentários:	

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O *Pessoas e Lugares* - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O *Pessoas e Lugares* tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal *Pessoas e Lugares* preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa
Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa

Telf.: 21 3184419
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ www.leader.pt e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* *Pessoas e Lugares*.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal *Pessoas e Lugares*, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigado.

Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007-2013

Em Fevereiro de 2004 foi adoptada a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu "Construir o nosso futuro comum – Desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013". Esta Comunicação estabelece uma proposta de projecto político para a União Europeia (UE) e especifica os instrumentos necessários para a respectiva concretização.

O projecto político e as perspectivas financeiras que lhe estão associadas orientam-se em torno do desenvolvimento sustentável, da cidadania europeia e da posição da UE enquanto parceiro mundial, englobando-se na primeira prioridade a competitividade para o crescimento e emprego, a coesão a favor do crescimento e do emprego e a gestão e protecção sustentáveis dos recursos naturais (agricultura, desenvolvimento rural, pesca e ambiente).

Um dos elementos centrais do projecto da Comissão assenta na necessidade de garantir uma adequada simplificação de procedimentos e uma maior eficiência e eficácia na utilização dos recursos, sendo especialmente relevantes os seguintes aspectos: integração de todas as medidas no âmbito de um instrumento único – Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER), para as medidas de desenvolvimento rural – e coerência e complementaridade entre os diversos fundos.

Em Junho de 2005 foi aprovada a proposta de Regulamento do Conselho relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER. Este regulamento estabelece três objectivos para a política de desenvolvimento rural – aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura, melhoria do ambiente e da paisagem rural e promoção da qualidade de vida e da diversificação económica nas zonas rurais – e determina a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural.

Os objectivos atrás referidos são concretizados através de quatro eixos. Três de natureza temática coincidentes com cada um dos objectivos e um relativo à aplicação da abordagem LEADER no quadro dos programas de desenvolvimento rural. Relativamente a cada um destes eixos o regulamento determina uma utilização mínima das dotações do FEADER: 10 por cento para os eixos da competitividade e da qualidade de vida e diversificação económica; 25 por cento para o ambiente e paisagem e cinco por cento para a aplicação da abordagem LEADER, contribuindo esta percentagem para as indicadas para os eixos temáticos.

Numa reflexão inicial sobre esta problemática parece possível afirmar que:

- Portugal deverá apresentar à Comissão um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural;
- em matéria de programação afigura-se lícito prever a elaboração de três programas de desenvolvimento rural: um para o continente, outro para a Região Autónoma dos Açores e outro para a Região Autónoma da Madeira;
- no Plano Estratégico Nacional e nos programas de desenvolvimento rural devem ser demarcadas as fronteiras, e clarificada a coerência e complementaridade, entre o FEADER, os fundos estruturais e de coesão, e o fundo das pescas;
- a aplicação dos programas de desenvolvimento rural pode desenvolver-se segundo várias metodologias, nada obstante a que todas elas concorram para a realização de um mesmo programa.

Dois aspectos particularmente importantes são os indicados acima, relativamente à coerência e complementaridade entre os vários fundos e instrumentos financeiros comunitários e à metodologia de aplicação dos programas de desenvolvimento rural.

No primeiro aspecto são de sublinhar as potenciais sobreposições entre os apoios previstos no âmbito do Eixo 3 do FEADER e as intervenções possíveis do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) nas zonas com desvantagens ou condicionantes naturais específicas, em particular no domínio das infra-estruturas e da diversificação económica; a necessidade de estabelecer uma demarcação clara entre as intervenções do Fundo Social Europeu (FSE) e do FEADER em matéria de formação e qualificação profissional.

Se relativamente à fronteira entre as intervenções FEADER-FEDER se pode utilizar quer uma demarcação de natureza territorial (certas zonas rurais podem ser apoiadas pelo FEDER e outras pelo FEADER), quer uma demarcação segundo o tipo e a dimensão das intervenções (os caminhos rurais são elegíveis ao FEDER e os caminhos agrícolas são apoiados pelo FEADER; as infra-estruturas cujo custo total máximo é igual ou inferior a 100 mil euros são suportadas pelo FEADER e as de valor superior são co-financiadas pelo FEDER), já no que respeita à formação e qualificação profissional a tipologia das acções deve ser determinante.

No que se refere ao segundo aspecto – metodologia de aplicação dos programas de desenvolvimento rural – é de sublinhar que o regulamento permite a utilização de três sistemas:

- a aplicação tradicional – medidas e acções dos Eixos 1, 2 e/ou 3, geridas pela autoridade de gestão;
- a aplicação segundo a metodologia LEADER – medidas e acções de qualquer dos três eixos temáticos, consideradas no âmbito de uma estratégia local de desenvolvimento definida e implementada por um GAL (Grupo de Acção Local);
- a aplicação por uma parceria público-privada – medidas e acções relativas à diversificação da economia rural, à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e à formação e informação de agentes económicos.

Perspectiva económica, ambiental e social

Estas três hipóteses tanto podem ser consideradas do ponto de vista territorial como do ponto de vista temático, como através de uma combinação dos dois factores. Exemplificando: a abordagem LEADER pode ser aplicada às zonas predominantemente rurais e relativamente a todas as medidas previstas no âmbito do eixo 3; a parceria público-privada pode ser aplicada às zonas rurais periurbanas e relativamente às medidas elegíveis do eixo 3; ou a aplicação tradicional é aplicável a todas as medidas previstas no âmbito do eixo 1.

Um outro aspecto relevante em termos de estratégia e de programação do desenvolvimento rural é o das prioridades a considerar, quer numa perspectiva de ponderação das vantagens comparativas e das oportunidades de desenvolvimento dos territórios, quer numa óptica de afectação das dotações pelos diversos eixos e pelas diversas medidas dentro de cada um dos eixos.

A competitividade dos territórios rurais não pode deixar de ser analisada na tripla perspectiva económica, ambiental e social, mas num quadro de diagnóstico que permita identificar os objectivos centrais para o desenvolvimento rural. Ou seja: o equilíbrio a estabelecer entre os três eixos previstos no Regulamento FEADER deverá espelhar a importância relativa dos problemas existentes no espaço rural e, logo, reflectir as opções estratégicas relativamente a cada um dos objectivos/áreas - competitividade, ambiente e zonas rurais. Sempre considerando como elementos centrais a promoção do desenvolvimento económico sustentado e a criação de emprego, e sem esquecer a necessidade de garantir a definição e implementação de projectos de intervenção para os espaços rurais, integrando quer a óptica do ordenamento quer a perspectiva de desenvolvimento.

É no âmbito da preparação do Plano Estratégico que todas as questões acima abordadas devem ser equacionadas e esclarecidas, donde resulta a importância determinante do Plano e a relevância dos trabalhos a desenvolver em parceria no interior da Administração Pública, e entre esta e a sociedade civil.

Manuel Rosa
Assessor da Presidência - IDRHA

Entrevista a Rogério Roque Amaro

“ Toda a economia deveria ser solidária ”

Professor Associado do Departamento de Economia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), coordenador do novo curso de Pós-graduação e Mestrado em Economia Social e Solidária, daquele departamento, Rogério Roque Amaro tem sido consultor e formador de vários projectos de Desenvolvimento Local e de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal e nos PALOP. Em entrevista ao “ Pessoas e Lugares ”, Rogério Roque Amaro exprime a sua opinião sobre a economia solidária e reflecte as conclusões a que chegou a partir das experiências e das actividades concretas dos Açores, no âmbito do projecto CORES (programa INTERREG III B), do qual é consultor.

Como e quando emerge o conceito de economia solidária?

O conceito de economia solidária começou a ser utilizado recentemente no quadro europeu francófono, para designar as novas formas de economia social que estão relacionadas com o desafio da solidariedade decorrente do agravamento da pobreza e da exclusão social, sobretudo nas últimas três décadas do século XX. Um desafio identificado em contextos, como o da União Europeia (UE), onde a globalização fez surgir novas formas de exclusão social, para as quais foi necessário desenvolver novas estratégias. A expressão corresponde à constatação de que é preciso renovar as experiências e os caminhos da velha economia social, que já se destinava, em grande parte, a responder a problemas sociais.

Nos anos 80, alguns dos velhos teóricos das academias das universidades, que sempre se debruçaram sobre estes temas, passaram, eles próprios, a escrever sobre economia solidária, como sendo uma renovação das práticas da economia social, e um conceito mais adequado a essas práticas e aos novos desafios recorrentes da emergência da solidariedade com os mais desfavorecidos.

Mas expressões como economia social e terceiro sector continuaram a utilizar-se como equivalentes.

Nos períodos em que há novas realidades surgem uma série de designações para definir a mesma coisa. Na economia social, dos anos 80 para cá, os problemas aos quais se teve de responder, o aumento significativo de iniciativas (até por falta de respostas do Estado), e a criatividade das organizações e da sociedade civil, fizeram com que o número de fórmulas de economia social aumentasse. A expressão economia social continua a utilizar-se - há quem acrescente “nova” para sublinhar que se trata de uma fase nova da economia social -, assim como terceiro sector. Surgiram ainda outras expressões, como empresas sociais, mas a expressão pela qual se têm debatido muitos dos teóricos francófonos tem a ver com a ideia de que há uma nova corrente de solidariedade, que tem correspondência à do século XIX, embora noutras circunstâncias, e que tem a ver com a luta contra a pobreza e a exclusão social. Já os ingleses preferem a expressão *non profit sector* (sector não lucrativo) ou sector voluntário, porque há voluntariado, mas a verdade é que nem tudo é voluntariado. Outro dos “ninhos” da expressão economia solidária é a América Latina, onde assume não só os contornos da luta formal contra a pobreza e a exclusão social e o desemprego, mas também as formas comunitárias e de entre-ajuda. É esta ideia de solidariedade comunitária que está a ser recuperada no Brasil, onde se fala de economia popular solidária. Em África já se utiliza mais a expressão economia comunitária... Não existe uma expressão mais correcta que outra.

A economia solidária é um sub-sector da economia social, baseado no princípio da solidariedade.

É. A economia social nasce no século XIX na ressaca das injustiças sociais da revolução industrial, quando os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando uma economia da entre-ajuda e da cooperação. É quando surgem as cooperativas, as mutualidades, as associações. Aos poucos, essa nova forma de economia acabou por se alargar, visando ajudar não apenas os próprios mas outrém, o chamado interesse geral. Como se foi afirmando e desenhando como uma economia própria ao longo do século XIX, começou a surgir a ideia de que era o terceiro sector, que nem é público

nem privado. O reacendimento do conceito de economia social dá-se no princípio dos anos 80, com a globalização e o agravamento dos problemas sociais. Com o Estado em crise financeira, as pessoas partem à procura de respostas para fazer face a estes problemas. Surgem uma série de novas iniciativas que vão procurar responder ao problema da imigração, do desemprego, recuperando, nalguns casos, a lógica da economia social, noutros, adicionando coisas novas. A nova economia social é mais económica. Embora não fazendo disso o seu objectivo principal, aceita que em determinadas circunstâncias possa ter lucro como meio para manter os seus objectivos. E deste ponto de vista, não pode ser só social, tem de ter em conta o mercado, os critérios de gestão; tem de ser mais eficiente, sem perder o social; passou a ter outras preocupações, com o património, o ambiente, a preservação do espaço rural, as novas formas de turismo, os serviços de proximidade...

Em Portugal, o uso da expressão economia solidária dá-se na mesma altura?

Não teve grande acolhimento nessa altura: nem académico nem prático, continuando a ser utilizada a expressão economia social ou, como equivalente, terceiro sector. A excepção dos Açores, onde a expressão surge com um sentido próprio e até diferente do usado na UE, nalguns dos seus aspectos. Embora a expressão economia solidária tenha hoje uma aceitação europeia, como renovação da história das práticas e do pensamento da economia social, em Portugal cai numa lógica muito própria. Não porque a realidade do nosso país seja muito diferente, mas porque o conceito é mais recente e tem um apoio completamente desintegrado nas práticas e na reflexão teórica. Além das universidades portuguesas da área das ciências sociais terem perdido grande parte da influência das universidades francófonas, encontrando-se mais americanizadas, a expressão economia solidária merece algumas reservas por parte dos cientistas porque é mais ética e moral que científica. Isto porque em Portugal existe muito a noção de que o que é científico deve ser objectivo, neutro, imparcial e não envolver questões morais e éticas. Por isso, a expressão tem sido rejeitada nalguns meios.

A economia social reflecte um efeito positivo sobre o território?

A componente território entrou fortemente na nova economia social, sendo um dos seus elementos fundamentais. Embora existam formas da nova economia social que não se referem ao território, há uma corrente importante da nova economia social que surge ligada ao Desenvolvimento Local (DL), onde a criação de emprego surge como uma componente importante, assim como a defesa da cultura e do património. A este nível, Portugal seguiu muito o quadro europeu, embora a nossa situação seja muito específica por causa do peso que o DL tem, comparativamente a outros países. Portugal é um dos países da UE onde o DL é mais autêntico. Situação semelhante, talvez só na Irlanda ou na Dinamarca. A nova economia social em Portugal está muito associada a duas coisas: ao movimento do DL, ligado quer ao programa LEADER, quer à ANIMAR [Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local], e ao crescente número de projectos e iniciativas dos anos 80 para cá, na sua maioria financiados pela UE.

A economia social e solidária apresentam-se como aliadas naturais do Estado, social e democrático. Na sua opinião, qual tem sido a reacção do Estado português?

Penso que se tem verificado uma evolução irregular. Há momentos em que o Estado tem desenvolvido alguns apoios, como o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, mas falta uma política continuada que permita definir o futuro. Geralmente o que acontece é que não há horizontes de sustentabilidade para as iniciativas, o que as torna muito problemáticas. Penso que isso tem a ver com três factores. Primeiro, ainda não está muito claro o que quer dizer nova economia social, vive-se um momento de transição e isso não ajuda muito. Em segundo lugar, os governos têm oscilado, registado-se alguma inconstância nesta matéria, em termos teóricos e práticos. E, por último, a economia social ainda não é um *lobby*. O que é interessante é que há muita criatividade, existindo inúmeras iniciativas cujo papel tem sido muito importante na abertura de horizontes da economia social no nosso país.

Isto leva-nos aos Açores, onde emergiu um conceito de economia solidária.

No meio destes novos caminhos que vão surgindo, a experiência dos Açores é muito própria. O caso nasce no final dos anos 80, num bairro periférico da cidade de Ponta Delgada, em São Miguel, habitado por gente oriunda de localidades muito pobres dos Açores, como Rabo de Peixe, e onde existem sérios problemas de pobreza e de exclusão social. Obrigado a enfrentar estes problemas, o pároco local procura encontrar respostas convencionais, como, por exemplo, aumentar a capacidade das creches. Mas, apercebendo-se que este tipo de resposta (tipo assistencialista) não serve, vê-se obrigado a seguir uma nova lógica: passar das necessidades para as capacidades. Isto é: formar competências.

Na altura, porque haviam programas de inserção disponíveis (no quadro comunitário), iniciou-se um processo de formação profissional, mas quando esta chega ao fim verifica-se que as pessoas voltam à situação anterior, porque embora tenham aumentado as suas competências, o mercado continua a não as reconhecer. É então que se decide criar actividades económicas com o objectivo de ajudar e inserir essas pessoas, sob o princípio da solidariedade. A expressão economia solidária surge nessa altura, essencialmente por uma razão: é que esta ideia do centro paroquial [Centro Paroquial de São Pedro] ter uma actividade económica não foi muito bem aceite pela Igreja; por isso, surge o adjectivo solidário - bem aceite - e que é mais forte que social porque encerra a questão da solidariedade. O passo seguinte foi o da criação de uma cooperativa - a KAYROS -, para albergar o conjunto das actividades criadas.

Em 1999, as principais iniciativas resolvem juntar-se e criar a Cresaçor - Cooperativa Regional de Economia Solidária. Uma cooperativa de cooperativas e associações de economia solidária que procura definir um circuito de promoção e comercialização para os produtos de economia solidária. Actualmente, a Cresaçor tem cerca de 20 associados, num total de 40 empresas que criaram mais ou menos 200 postos de trabalho.

O projecto CORES surge em que momento?

Começando a ser encarada como uma forma de economia rentável e de qualidade, surgiu a certa altura a ideia de fazer um projecto de economia solidária com as Canárias, uma vez já existirem contactos entre os dois governos. É assim que surge o projecto CORES, no âmbito do programa INTERREG III B, ao qual se associou a Madeira, e que teve como principal objectivo dinamizar a economia solidária nestas três regiões. O outro objectivo foi definir o conceito e divulgá-lo; foi uma necessidade com a qual fomos confrontados. Aos poucos fomos-nos apercebendo que as iniciativas tinham avançado em duas direcções principais: a cultural (recuperação de bens culturais), e a ambiental (salvaguarda do meio ambiente). Havia uma componente de solidariedade, sem dúvida. Ou seja, estamos perante uma forma de economia que consegue ser económica sem, ao mesmo tempo, pôr em causa a relação com os outros seres vivos e formas de cultura.



Paula Matos dos Santos

“Embora a expressão economia solidária tenha hoje uma aceitação europeia (...), em Portugal, cai numa lógica muito própria. (...) porque o conceito é mais recente e tem um apoio completamente desintegrado nas práticas e na reflexão teórica.”

Em concreto, como é que o conceito de economia solidária se apresenta?

Na sua maior amplitude, o conceito abrange cinco componentes fundamentais. A economia solidária é, antes de mais, uma actividade económica, abrange um conjunto de actividades produtivas, cria postos de trabalho, gera rendimentos, satisfaz necessidades. É promotora de coesão social, contribui para o combate ao desemprego, a luta contra a pobreza e a exclusão social, promove a igualdade de oportunidades. Respeita e valoriza a diversidade cultural. Ou seja, como economia não visa a destruição das culturas em nome de uma globalização ou uniformização cultural; pelo contrário, procura valorizar as culturas locais. Respeita e valoriza a diversidade ambiental; como economia não contribui para a destruição da natureza e do ambiente, mas encontrar formas económicas de reabilitar e valorizar o ambiente. E ainda: é baseada numa gestão eficiente, ou seja procura ter em conta os critérios da boa gestão e da eficiência; deve ser ancorada territorialmente, ou seja deve ter uma base comunitária, e ser promotora do DL. Por último, deve corresponder a um processo de aprendizagem que lhe permita constantemente reaver-se e avaliar-se.

Ainda que apresentada num contexto específico, pensa que esta definição poderá vir a ter uma aplicação mais abrangente, a nível nacional?

Se, por um lado, estamos a dar conta da realidade que encontramos nos Açores e parcialmente nas Canárias, por outro, está aqui a ser definido um projecto muito ambicioso, no sentido em que toda a economia deveria ser solidária. O facto de se ter definido assim o conceito teve uma implicação prática muito grande, pois a partir daqui é possível determinar critérios práticos para aferir o que é economia solidária e o que não é. Para se poder certificar os produtos de economia solidária, com a marca CORES. Um processo que foi bastante discutido no grupo e teve bastante impacto, tendo surgido daqui dois novos projectos no âmbito do INTERREG. O CEESA - Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, que envolve as três regiões da primeira fase do CORES, Cabo Verde e o Brasil como observador. O objectivo é ter um centro de investigação e produção teórica que permita, simultaneamente, devolver à prática esses conhecimentos e ainda dar formação. E o GESFONDO - Agência Transregional Gestora do Fundo Solidário, um projecto de criação de mecanismos de financiamento que correspondam às características e sejam geridos pelas regras da economia solidária.

Na definição que apresenta, pelos efeitos positivos que reflecte, acha que a economia solidária poderá tornar-se num novo modelo de organização social ou, até mesmo, um novo sector?

Não diria isso, mas pode vir a ser um subsector-piloto e inovador dentro do terceiro sector. Já existem alguns indícios interessantes. Uma parte importante da economia solidária passa muito pela ideia de que nós seres humanos não produzimos apenas para seres humanos, mas que humanos, animais e plantas e animais, todos em conjunto, produzem para todos os seres vivos. É nesta direcção que pretendemos seguir... Não lhe chamaria um quarto sector mas a economia solidária pode, a meu ver, tornar-se um exemplo para os outros sectores. É uma caminhada que vai do social para o económico.

Entrevista de Paula Matos dos Santos

Economia social e solidária e DL

Num mundo em plena globalização, onde as políticas são cada vez mais macroeconómicas e rígidas, existem ainda instituições de Desenvolvimento Local (DL), que teimam em minimizar o efeito destas políticas e, de forma árdua, levam a cabo projectos/experiências da economia social e solidária, como resposta directa às necessidades das populações locais, quer a nível da integração social, quer no âmbito do equilíbrio ecológico, ambiental, cultural, enraizamento e pertença, solidariedade. Acções de pura cooperação, com e para as pessoas das Zonas de Intervenção (ZI).

Na Alta Estremadura, é desta constatação que surge a necessidade da criação da ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, uma estrutura capaz de implementar novas formas de intervenção ao nível local, com especial incidência no mundo rural, a qual se assume como uma força viva da região e que assenta a sua actividade em quatro grandes princípios: qualificação dos recursos humanos; reforço da identidade local; preservação dos recursos locais; dinamização da economia local. Apesar de a generalidade da ZI da ADAE se localizar numa área em franca expansão e desenvolvimento, esta região debate-se com inúmeros problemas, quer de ruralidade, quer de integração social, quer ainda de pobreza, educação e formação, as quais importa contrariar.

São estes estrangulamentos os "responsáveis" pelo surgimento de um conjunto de iniciativas inovadoras, tendo como base de sustentação a economia social e solidária, fruto de uma intensa interacção colectiva e de cooperação entre as populações e as instituições locais e regionais. Aqui têm nascido diversas iniciativas de enraizamento e afirmação da identidade, quer das pessoas, quer das colectividades, em torno da protecção do meio ambiente, do emprego, da educação, da formação, da qualificação, do trabalho, da democratização do desenvolvimento, da igualdade de oportunidades. Os problemas sentidos a nível local e regional são, efectivamente, o motor e a razão de ser do desenvolvimento na Alta Estremadura.

Das actividades desenvolvidas pela ADAE, destacam-se o Gabinete de apoio técnico da ADAE, onde é possível obter informação e apoio para a formalização de candidaturas a fundos e programas de apoio ao investimento no território, e cuja parceria envolve o centro de emprego local, o centro de formação, microcrédito, e o Programa para a Promoção

dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART); e a gestão de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), através do qual os adultos com mais de 18 anos que não possuam quatro, seis ou nove anos de escolaridade, podem desenvolver um processo que conduz ao reconhecimento escolar, de acordo com o nível dos seus conhecimentos.

Sendo o conhecimento do território e as necessidades das populações a base de actuação da ADAE, esta criou uma empresa unipessoal - "A Nova ADAE", que tem por objectivo, além da prestação de serviços em diversas áreas, colmatar um dos graves problemas de escoamento dos produtos dos artesãos locais, tendo, para isso, aberto ao público uma loja na Batalha (junto ao Posto de Turismo e ao Mosteiro), que se tem vindo a transformar num importante pólo de venda, divulgação e promoção dos produtos do nosso território.

Destacam-se ainda as diversas acções de formação ministradas pela ADAE, quer para pessoas em risco de exclusão (escolas-oficina de calcetaria, jardinagem, e arranjos florais, conservas e compotas, velas, cerâmica, pintura, azulejaria) - onde foi sempre aliada a necessidade de preservação das artes características da região e a necessidade de integração social dos formandos -, quer para licenciados e bacharéis (programa FORDESCO).

Projectos apoiados pelo LEADER

De igual importância surgem diversos projectos implementados com o apoio quer do programa LEADER II, quer do LEADER+, entre os quais: a recuperação e transformação do Moinho de S. Miguel numa tasca, onde são utilizados materiais tradicionais, aliando a actividade da moagem à informação dos jovens sobre a temática: o apoio a três lagares tradicionais (dos únicos a laborar de forma artesanal e legal); o Museu Estremenho da Rebolaria, que retrata a vivência da população local, bem como a tipologia de materiais utilizados na construção das habitações numa determinada época na região, e cujo edifício foi reconstruído com o apoio da CCDRC e a instalação foi apoiada pelo LEADER/ADAE (saliente-se a complementaridade entre projectos e programas, no sentido de rentabilizar os investimentos); a formação ministrada para Fiscais do Ambiente, que visou a preparação de técnicos municipais para uma fiscalização pedagógica a nível do ambiente: o projecto "Artesanato em Pedra", promovido por dois jovens, na Batalha, em sintonia com a Escola de Artes e Ofícios Tradicionais local, e através foram criados vários postos de trabalho para jovens, para além dos dos promotores, e que tem sido um sucesso: o atelier do vidro, cuja promotora dá especial relevância ao restauro e execução de vitrais; a Lagoa da Ervedeira, em Leiria, importante biótopo CORINE da região, com condições para a prática de pesca desportiva, aliada ao lazer; a APPC - Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, cujo apoio do LEADER/ADAE permitiu ajudar inúmeras crianças deficientes e famílias, excluídas ou em vias de exclusão; a biblioteca itinerante de Porto de Mó, através da qual os habitantes da serra puderam ter acesso a livros, CD, filmes, etc.

Importa ainda fazer referência a alguns projectos estruturantes que estão a surgir na região e que visam essencialmente a igualdade de oportunidades ou ainda a integração social, designadamente, o jardim sensorial para cegos, inserido em pleno concelho da Batalha, no lugar de Pia do Urso, dedicado a todos os cidadãos, com especial preocupação pelos cidadãos portadores de deficiência, em particular a visual.

É pois esta a realidade do "Nosso Mundo Rural Apetecível", onde a ADAE defende que a população rural pode encontrar alternativas de rendimento, conseguindo "atrair" visitantes, que aqui desfrutem destas imensas potencialidades.

Alcina Costa
ADAE



Moinho de S. Miguel (Porto de Mó) / Francisco Botelho

Economia social

Uma outra forma de empreender

As organizações da economia social, quando bem compreendidas, organizadas e geridas, tornam-se importantes factores de desenvolvimento e meios de inclusão social através da participação económica. O trabalho que realizam é, claramente, uma outra forma de economia, uma outra forma de empreender, dando resposta às necessidades humanas e promovendo a participação democrática de todos na vida política e na vida económica.

Ao falar de economia social referimo-nos a organizações que actuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas. A economia social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas.

A missão da economia social tem directamente a ver com as pessoas e manifesta-se em três vectores fundamentais: a produção de bens ou serviços - não estamos claramente no campo filantrópico ou meramente distributivo, tratamos com verdadeiras empresas, de porte variável, em que são fundamentais a forma e os critérios da boa gestão empresarial; a promoção da cidadania - desenvolver a cidadania promovendo as pessoas, de modo que se assumam como sujeitos responsáveis da sociedade a que pertencem (esta promoção das pessoas liga-se também ao processo de formação e educação de que as organizações da economia social não podem alhear-se); o interesse pela comunidade - uma organização da economia social não pode fechar-se em si mesma, mas interessa-se necessariamente e desenvolve actividades em favor da comunidade em que está inserida. A sua ligação à comunidade não é uma questão de imagem publicitária, mas faz parte da sua própria génese, pois nasceu e constituiu-se a partir dos membros dessa comunidade e para responder a necessidades comuns aí existentes.

A economia social abrange diversos tipos de organizações, como as cooperativas, as associações, as mutualidades e as fundações. Estas formas de organizar os grupos humanos, na procura de respostas às suas necessidades, apresentam características que, embora com adequações próprias a cada tipo de organização, se podem identificar nas seguintes: o primado da pessoa sobre o capital, donde resultam consequências, a nível dos objectivos que se pretendem atingir - o serviço prestado e não o simples lucro; a nível do poder decisório - voto por pessoa em vez do voto em função do capital; a nível da utilização dos resultados obtidos - melhoria dos serviços prestados e não a simples recuperação do capital investido; a adesão voluntária e livre, valorizando a pessoa e as suas necessidades, no respeito absoluto da sua liberdade e não privilegiando os grupos de origem ou de pertença, as qualidades e as contribuições; o controle democrático pelos membros, na igualdade de todos e

na sua participação democrática dentro da organização: a conjugação dos interesses pessoais dos membros utilizadores ou utilizadores não membros, com o interesse geral, numa clara atitude de agir, não só a nível pessoal mas também a nível da sociedade; o empreendedorismo social, assumindo o risco e a responsabilidade inerentes à actividade desenvolvida, o rigor e o controlo da sua organização e a avaliação dos resultados obtidos; a empresa localizada, como promotora do próprio emprego, e promotora do desenvolvimento local e regional, através da valorização dos recursos endógenos e do investimento dos próprios resultados nesse mesmo desenvolvimento; a autonomia e independência perante outras organizações, nomeadamente os poderes públicos.

O grande desafio da economia social

Com base nestas características, as organizações da economia social, quando bem compreendidas, organizadas e geridas, tornam-se importantes factores de desenvolvimento e meios de inclusão social através da participação económica.

Ao promoverem a cidadania reforçam o capital social nas comunidades onde actuam, fomentando a coesão social. Melhoram a qualidade de vida das populações aumentando o emprego e a sua qualidade, lutando contra as situações de pobreza e outras formas de exclusão e desenvolvem as comunidades e o território em que se situam, em termos económicos, ecológicos, sociais e culturais, aproveitando e valorizando os recursos numa perspectiva de desenvolvimento duradouro e integrado.

Na mesma perspectiva da melhoria da qualidade de vida, organizam os produtores e os consumidores ou utilizadores, produzindo e comercializando, de forma digna, os bens e os serviços. Na economia global em que funcionamos, é indispensável que o produto destas organizações possa conquistar o seu lugar no mercado, pois só através destas organizações os pequenos produtores e as regiões mais débeis conseguem entrar nesse mercado global e gerar recursos justos para os que os produzem.

O trabalho realizado pelas organizações da economia social, dentro das limitações que lhe são impostas do exterior e, por vezes, também do seu próprio interior, é claramente uma outra forma de economia, uma outra forma de empreender, dando resposta às necessidades humanas e promovendo a participação democrática de todos na vida política e na vida económica.

A inclusão social só o é verdadeiramente quando também for uma inclusão económica. Este é o grande desafio a que a economia social responde, na promoção das pessoas e no serviço da comunidade.

Manuel Canaveira de Campos
Presidente do INSCOOP

Criado em 1976, o INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo "tem por objectivo apoiar o sector cooperativo em geral, tendo em conta a sua especificidade própria". Nesta função de apoio ao sector cooperativo, o INSCOOP desenvolve actividades correntes em três áreas: formação (promovendo e colaborando em acções de formação cooperativa a diversos níveis); estudos (elaborando estudos e emitindo pareceres jurídicos relativos ao sector cooperativo) e informação (para a gestão da biblioteca e centro audiovisual, produção e distribuição de publicações cooperativas).

A redacção

INSCOOP
Tel: 213878046/7/8
E-mail: inscoop@inscoop.pt, inscoop@netcabo.pt
www.inscoop.pt

Uma nova economia em três tempos

Açores, Ano 2005. Correm rumores sobre uma nova economia, dita solidária. Para saber mais, o jornal *Pessoas e Lugares*, guiado pela ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, foi visitar acções de entidades apoiadas pelo programa LEADER+, e sediadas nos concelhos de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Como conta, Teresa Alvernaz "acarinhamos muito estes projectos, que integram pessoas beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) ou do Rendimento Social de Inserção (RSI), porque localmente têm muito impacto". A Economia Solidária assume, assim, contornos de uma via alternativa de luta contra a pobreza e a exclusão social no caminho para o desenvolvimento local.

O périplo iniciático arranca na Lagoa. Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), o Centro Social e Cultural da Atalhada nasce em 1997 e assume logo a gestão de um Projecto de Luta contra a Pobreza, na base da criação da Rede de Ateliers de Tempos Livres e da Cooperativa Multi-Serviços (áreas da Pastelaria, Artesanato e Carpintaria). No início de 2000, é aprovado o Centro de Economia Solidária, que incide sobre as áreas abrangidas pela Cooperativa. Mais tarde, confrontada com a ausência de qualquer subsídio para aquisição de material e cobertura de despesas fixas, as únicas "subsidiáveis", sendo os vencimentos dos formadores, a "instituição-mãe" é obrigada a adoptar uma postura mais económica e menos assistencial.

O negócio tem que compensar e compensa. O artesanato não só gera receitas, como entre cooperantes internas e externas dá trabalho a cerca de uma dúzia de mulheres. No caso da pastelaria a estratégia passa por investir num espaço de raiz para a produção e comercialização de produtos de qualidade e segurança garantidas. A carpintaria dedica-se aos jovens com dificuldades de aprendizagem, oriundos de uma escola básica local. Por último, a formação em tecelagem, apoiada pelo LEADER+, quer recuperar uma tradição local e inserir beneficiárias do RSI. As ideias-chave são: valorização do capital humano, criação de postos de trabalho e diversificação das actividades económicas locais. Apenas palavras, caso o objectivo principal e a prazo de qualquer Centro de Economia Solidária não seja atingido: a auto-sustentabilidade.

Rumo a Ribeira Grande fomos visitar o centenário Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil Jacinto Ferreira Cabido. Esta IPSS tem como população-alvo as mulheres e gere quatro áreas de trabalho: centro de bem estar, jardim de infância, creche e centro de promoção de economia solidária. Tal como no primeiro caso, é no âmbito de um projecto de luta contra a pobreza que é criada a micro-empresa. Findo isto, nasce o Centro de Promoção, constituído pelas mesmas oficinas de cozinha e costura, dois postos de trabalho fixos e quatro subsidiados pelo Instituto de Acção Social. O negócio, em si, vai bem: a produção de biscoitos é escoada dentro do próprio concelho, e o equipamento renovado graças ao apoio, neste caso, do LEADER+. O pessoal não contratado permanece ano e meio na estrutura. Depois da formação em contexto de trabalho, estão mais capacitadas em termos profissionais. Segundo a coordenadora deste projecto, Catarina Borges, para quem estes centros são uma alavanca para iniciar um processo de (re)integração, contam-se "dois objectivos que andam de mãos dadas: a maximização da produção de lucro e a valorização profissional, pessoal e social das pessoas". Todavia como ainda são subsídio-dependentes em termos de pagamento de recursos humanos, a unidade ainda não atingiu a maturidade.

A terceira etapa do nosso percurso leva-nos a Vila Franca do Campo, ao encontro de Armando Pereira, coordenador de projecto na Associação Garçatinha, uma IPSS criada em Outubro de 2002. Novamente é



Centro Bem-Estar Social Jacinto Ferreira Cabido (Ribeira Grande) / João Lima

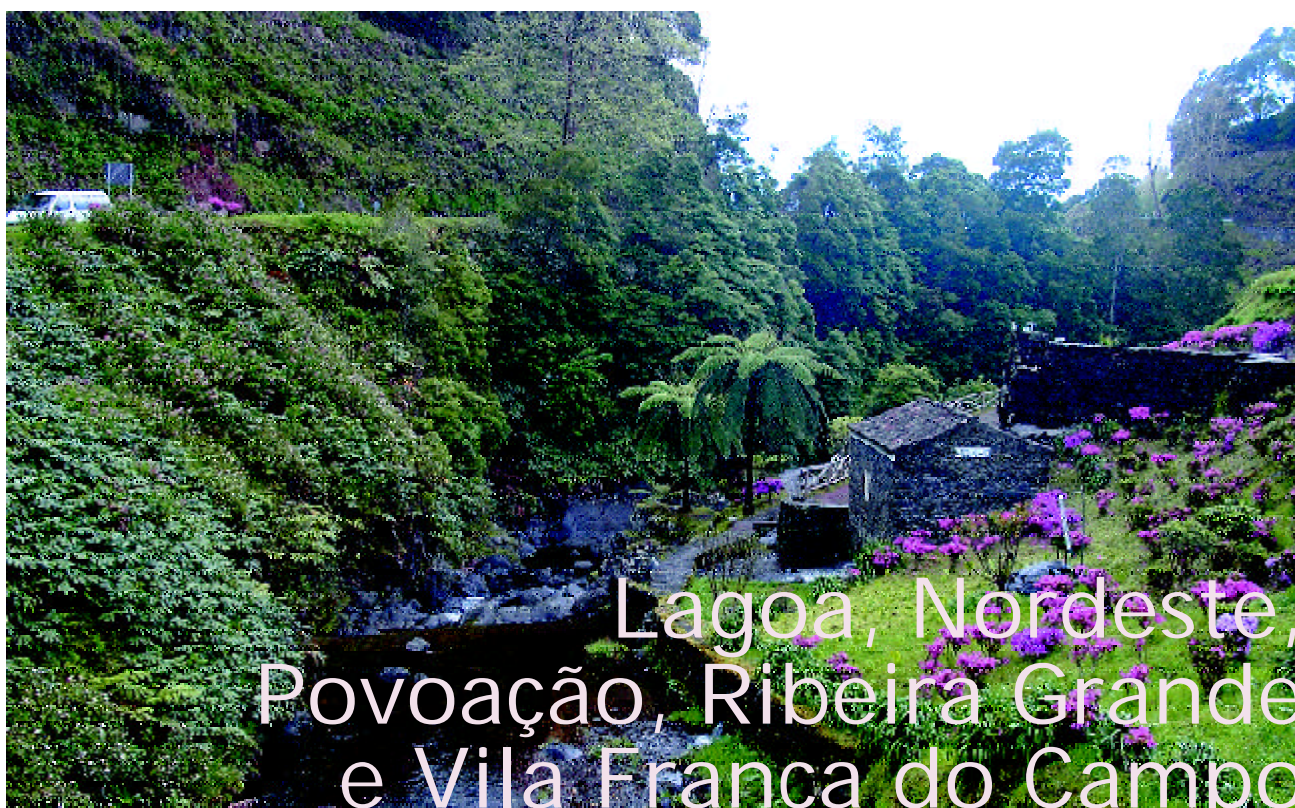
um projecto de luta contra a pobreza que gera a empresa de inserção, dividida em Centro de Artes e Ofícios e *Catering*. Essencialmente são duas cozinhas, uma em Ribeira das Tainhas e outra em Ponta Garça. A primeira é especializada em produtos secos, a outra em pastelaria/restauração. E em carteira estão já planeados os ultra-congelados, dois novos pastéis e três licores. Aqui, a economia solidária suporta 20 trabalhadores (17 mulheres e 3 homens). Sendo o objectivo da associação "dar formação, emprego e qualidade de vida a pessoas desprotegidas", resta saber, por quanto tempo? Os subsídios cairão até ao final de 2005. Quanto a isso Armando Pereira não tem dúvidas, "significa uma grande pressão, mas a nível de vendas, estamos a crescer a uma média de 25 por cento por mês", e acrescenta, "tudo leva a crer que no final do 2005, vamos ser auto-suficientes". Neste momento, a área produtiva, ou seja a empresa de inserção, da Garçatinha suporta, pura e simplesmente, a área social.

Armando Pereira reconhece na Luta contra a Pobreza o grande motor da empresa, "é um benefício que só as instituições de solidariedade podem ter, mas esse dinheiro está todo a ser aplicado na comunidade". Sem espírito empresarial seria impossível levar este barco a bom porto e mais longe ainda. Nesta linha, a grande aposta da Garçatinha passa pelo investimento na promoção e imagem do produto. Assim, é normal verem-se caixinhas com biscoitos da Garçatinha nos hotéis, nos voos da Sata, etc. Outro grande segredo do negócio está na distribuição do produto. Após ter batido à porta de 24 distribuidores sem sucesso, conseguiu parcerias com dois prontos a aceitar o desafio. Foi o pontapé de saída para o sucesso, "estamos a distribuir no Arquipélago dos Açores, em todas as ilhas, excluindo Corvo e Graciosa", mas incluindo, em contrapartida, a Madeira. Os números falam mais alto: 750 quilos de biscoitos, ou seja, 35 mil euros por mês, e Armando Pereira remata, peremptoriamente, "o meu objectivo é atingir os 50 mil para tentar ser auto-suficiente".

Maria do Rosário Aranha

"Com base em projectos promovidos pelo Instituto de Acção Social em parceria com IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) e ONG (organizações não governamentais), existem actualmente 21 entidades que incubaram micro-empresas, com 41 unidades produtivas e de prestação de serviços, já com receitas directas de produção na ordem de um milhão e 800 mil euros em 2004, empregando através de vínculos directos aproximadamente 200 trabalhadores, e ainda dando formação a perto de 335 pessoas nas mais diversas áreas e acolhendo 135 indivíduos em regimes de inserção através do trabalho ocupacional a favor da comunidade."

(segundo Artur F. Martins, do Instituto de Acção Social)



Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo

São Miguel. Maior ilha dos Açores e segunda a ser descoberta, por volta de 1427. Uma história rica, patente no vasto património arquitectónico, complementado pelas belezas naturais e património ambiental. Potencialidades de um território ultraperiférico, que tem no turismo uma forte possibilidade de desenvolvimento.

Cinco concelhos: Lagoa, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, localizados na Ilha de São Miguel (Açores), constituem o território da ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural. Um total de 36 freguesias, excluída a freguesia da Matriz (Ribeira Grande), que se expandem ao longo de 514,87 km².

A zona de intervenção (ZI) apresenta um efectivo populacional de 62.232 habitantes, que corresponde a uma densidade demográfica de 120,87 hab/km². Número que se traduz num aumento populacional de 2,86 por cento em relação aos valores de 1991, e que ultrapassa o crescimento de 1,7 por cento, registado na Região Autónoma dos Açores (RAA).

Para este crescimento populacional acima dos valores regionais contribuem sobretudo os concelhos de Lagoa e Ribeira Grande, com subidas na ordem dos 9,5% e 4,8 por cento, respectivamente. Vila Franca do Campo também apresenta um aumento de 0,9 por cento. Pelo contrário, Povoação (-8,2%) e Nordeste (-3,6 por cento) contrariaram por completo a tendência dominante.

No segmento de população de "0 a 14 anos", e à imagem de uma tendência dominante por todo o país, território e RAA registam variações negativas. A ZI da ASDEPR apresenta uma quebra de população, neste segmento, na ordem dos -14,97 por cento. Valor ainda abaixo da descida de -17,6 por cento, verificada no conjunto da RAA.

Pelo contrário, mais uma vez obedecendo a uma tendência geral do país, a classe de idades com "65 ou mais anos" apresenta uma subida de 4,37 pontos percentuais, que corresponde a 302 indivíduos. Também aqui, este valor fica abaixo do aumento de 5,5 por cento da RAA. A escassa subida desta classe de

idades na ZI explica-se parcialmente pela existência de dois concelhos: Povoação e Nordeste, onde se registam descidas do efectivo populacional com "65 ou mais anos", correspondentes a -6,11% e -0,94 por cento. Números que apontam um índice de envelhecimento de 52,4 por cento, de acordo com valores da Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

Segundo Teresa Alvernaz, coordenadora da ASDEPR, apesar das "especificidades próprias de cada concelho", os "problemas de base são idênticos". No domínio da saúde, os cinco concelhos revelam uma grande dependência de Ponta Delgada. Segundo Isabel Magalhães, técnica da associação, os serviços de saúde locais oferecem uma "resposta insuficiente". No entanto, a saúde é um dos domínios onde se verifica maior evolução. De acordo com dados do SREA, a taxa média de mortalidade infantil, em 2003, foi de 2,9 por mil nados vivos, valor mais baixo de sempre nos Açores. Número que contraria os valores de 1990, quando a taxa média de mortalidade infantil era de 14,1 por mil.

Outra dificuldade são os baixos índices de qualificação. Teresa Alvernaz assinala a existência de uma "significativa taxa de analfabetismo e uma baixa proporção da população com estudos superiores". Uma tendência comum à RAA. Em 2001, a RAA apresentava uma taxa de analfabetismo de 9,4 por cento, ligeiramente mais baixa que os 10 por cento que se verificavam em 1991, mas ainda acima dos nove por cento do país. Taxa de analfabetismo que se acentua no território da ASDEPR. Os cinco concelhos registam taxas entre os 10,6% e os 15,6 por cento, havendo inclusive um aumento do analfabetismo, no período entre os dois Censos, em Lagoa, de 10,2% para 10,6 por cento, e Vila Franca do Campo, que sofre uma subida de 13,5% para 15,6 por cento.

A coordenadora da ASDEPR salienta ainda a "dificuldade de acesso ao mercado de trabalho". Segundo valores dos Censos de 1991, a taxa de desemprego atingia 6,4 por cento. Valor acima dos 4,2 por cento verificados na RAA, e que tem tendência a aumentar. Segundo a SREA, em 2005, os valores do desemprego na RAA, correspondentes ao segundo trimestre do ano, encontram-se em 4,3 por cento.

Ao nível das actividades produtivas, o sector primário continua a ser determinante. Em 1999, o peso do sector primário ao nível do emprego era de 18,1 por cento (16% agricultura e 2,1% pesca). Mas, de acordo com dados da ASDEPR, 29 por cento da população do território continua, de

algum modo, afecta ao sector primário. Números que indiciam a importância da agricultura, apesar da redução da actividade. Dos 119 hectares de Superfície Agrícola Utilizada na RAA, em 1989, passou-se para 114 hectares em 1997. A actividade concentra-se nas culturas da beterraba, tabaco, ananás, batata e chá, mas tem sobretudo expressão na pecuária, nomeadamente na denominada "monocultura da vaca".

A importância do sector primário também é reforçada pelo peso das pescas na economia local. Concelhos como Povoação, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo mantêm alguma dependência económica deste sector. Apesar de um decréscimo da quantidade de pesca descarregada de 2.318.858 kg durante os primeiros seis meses de 2004 para 1.950.013 kg até Junho de 2005, a Ilha de São Miguel continua a desempenhar um peso determinante no total de pesca descarregada nos Açores, que durante o primeiro semestre de 2005, atingiu os 3.138.514 kg, também um pouco abaixo dos 3.452.127 kg, descarregados em idêntico período do ano anterior.

Turismo em expansão

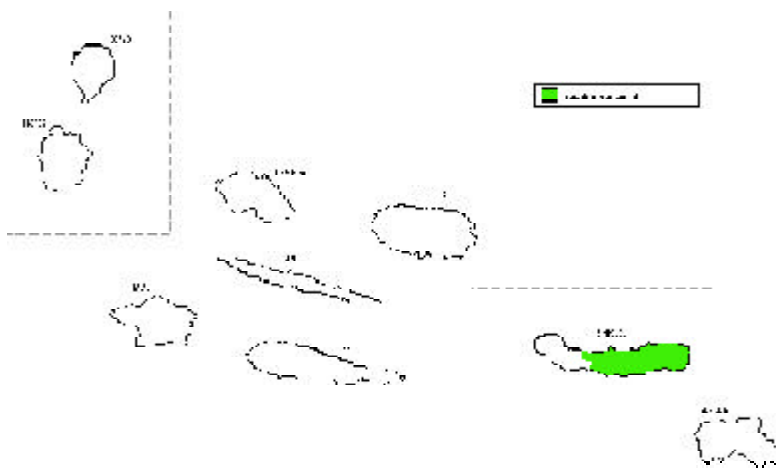
No sector secundário, que corresponde a 28 por cento do emprego, a indústria revela o predomínio de unidades transformadoras de lacticínios e conservas de peixe, além do tabaco, da beterraba, do açúcar e, sobretudo, do chá, pela importância histórica e cultural, marcando presença no território da ASDEPR, nas fábricas de chá de Porto Formoso e Gorreana. Por fim, o crescimento do sector terciário, acontece com serviços nas áreas de educação, saúde, segurança social, e corresponde a 43 por cento do emprego.

No presente, e de acordo com Teresa Alvernaz, o turismo "é o sector que está em expansão", verificando-se um "crescimento muito grande de oferta de alojamento". O território beneficia de grande variedade paisagística. Montanhas e vales cobertos de vegetação, lagoas alojadas em crateras de vulcões extintos, fumarolas, géiseres e nascentes de água quente, baías e enseadas, costas escarpadas, além de campos cultivados e pastagem. O clima temperado marítimo, caracterizado por temperaturas amenas, com pequenas amplitudes térmicas anuais, elevada humidade relativa do ar (média anual de 83 por cento), pluviosidade mais ou menos distribuída ao longo do ano, embora com maior abundância nos meses de Inverno, também é favorável à actividade.

A abundância de praias, a criação de trilhos e percursos pedestres, a obrigatoriedade de visitas às Furnas (uma das maiores hidrópoles do mundo), Lagoa das Furnas, ao Ilhéu de Vila Franca do campo, ou a um dos muitos miradouros, parques e jardins, além da oportunidade de observação de cetáceos, constituem especificidades únicas do turismo local.

Características que exigem conservação, através da preservação ambiental, para a qual o território conta com um conjunto de espaços protegidos e áreas naturais classificadas. Os dois exemplos maiores são as Reservas Naturais de Lagoa do Fogo e Ilhéu de Vila Franca do Campo. Também patente nas Reservas Florestais Naturais Parciais do Pico da Vara, Graminhais e Atalhada, ou as Zonas de Protecção Especial (Rede Natura 2000), como Pico da Vara e Ribeira do Guilherme.

Zona de Intervenção LEADER+



O território conta ainda com valioso património arquitectónico dos séculos XVII a XIX, especialmente de carácter religioso, como várias igrejas Matriz, Convento de Santo André, Igreja de São Pedro, Convento de São Francisco ou Ermida de S. João Baptista, igrejas de Nossa Senhora do Rosário, Igreja do Espírito Santo, ou Ermida de Nossa Senhora dos Remédios. Construções que sobressaem da "arquitectura chã" característica da ilha.

Mais modernos, o Teatro Ribeiragrândense, Museu do Nordeste, ou Museu Etnográfico de Vila Franca do Campo, assumem a manutenção da cultura local, que se expressa no "amplo calendário de festas religiosas e de cariz recreativo e cultural", folclore ou artesanato, no qual predomina a olaria e cerâmica, arte de marinheiro, artefactos em osso de baleia, rendas e bordados (destaque para o bordado de matiz, já certificado), vimes e capacharia, folha de milho, tecelagem, flores artificiais, trabalhos em escama de peixe, madeira e estanho.

Outra razão a obrigar a uma visita a São Miguel é a gastronomia, baseada principalmente em pratos de peixe, polvo guisado, caldeirada de peixe, peixe assado e grelhado, arroz de lapas e lapas de molho Afonso, torresmos em molho de fígado, cozido das Furnas, fervedouros e couves solteiras, além dos enchidos como a morcela e chouriço, e dos mariscos (lapas, cracas, caranguejo, lagosta e cavaco). Tudo complementado por queijos e doçaria (queijadas de Vila Franca, confeitos da Ribeira Grande, bolo levedo das Furnas, Barriga de Freira, massa sovada), compotas, licores, ananás e chá.

João Limão



ASDEPR

Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural



No passado dia 4 de julho a ASDEPR celebrou dez anos de intervenção. O porquê da criação da ASDEPR chama-se LEADER II. Como tantos outros inconformados da ausência/atraso de desenvolvimento, as forças vivas que estiveram na génese desta associação, nomeadamente, cinco autarquias, a Associação Agrícola de São Miguel e a Associação de Desenvolvimento Local dos Açores - Terra Mar, viram neste instrumento financeiro uma oportunidade para o território dar o salto para o desenvolvimento. O objectivo sendo desde os primórdios, nas palavras da coordenadora da ETL (Equipa Técnica Local), Teresa Alvernaz, "concretizar através de uma série de ações uma dinâmica económica, social e cultural nos concelhos da nossa zona de intervenção, e contribuir, assim, para a diversificação económica, para o surgir de novas iniciativas, que resultassem em fixação da população, criação de postos de trabalho, melhoria da oferta de serviços sociais e culturais". A intervenção da ASDEPR é, assumidamente, integrada, pois não prescinde de uma articulação com outros programas desenvolvidos no território, tendo "sempre presente quais os sectores prioritários, as políticas regionais" e cientes do papel importante e complementar da associação. Em resposta às necessidades locais mais prementes, esta associação advogou a luta pela causa social, dentro do quadro mais abrangente do desenvolvimento local. Por exemplo, no LEADER II acompanhou activamente a medida do Rendimento Mínimo Garantido através do apoio a iniciativas que resultassem na valorização, dotação de competências de pessoas social e economicamente fragilizadas. E porque não chamar as pessoas pelo nome, "as mulheres são o público que maior dificuldade tem de se fixar, ter uma oportunidade no mercado de trabalho em meio rural". Esta preocupação é comum a outras iniciativas, programas, medidas e estratégias conhecidas, acompanhadas e, mais uma vez, complementadas pela ASDEPR. Numa

frase, "o desenvolvimento é isso mesmo, temos que nos articular e definir um desenvolvimento integrado". Para a ASDEPR, a estratégia do LEADER+ é sinónima de continuidade. A organização da estrutura, pelo contrário, muda ligeiramente, de acordo com as regras de gestão do programa. Por um lado, entram dez novos associados: a Santa Casa da Misericórdia da Lagoa, o Centro Social e Cultural da Atalhada e oito Casas do Povo. E, por outro lado, é criada uma unidade de gestão composta por duas autarquias e três privados. Técnica e praticamente funciona do seguinte modo, "a ETL recebe as candidaturas, aprecia e emite parecer não vinculativo. Depois a unidade de gestão, com base no parecer técnico, aprova ou não o projecto". No dia a dia o papel das técnicas vai mais além do acompanhamento de projectos. Tanto participam na elaboração de candidaturas para entidades parceiras ou não, como aconselham e canalizam promotores, donos de ideias de projecto que não se enquadram nos parâmetros do LEADER para outros incentivos, "procuramos uma alternativa para que a ideia não morra". Este tipo de serviço poderá ser uma via de saída para um futuro sem programa LEADER. A proximidade com as câmaras assumiria um papel fundamental neste hipotético quadro de intervenção, salvaguardado que uma actividade mais intensa implicaria a constituição de uma equipa maior. Importa dizer que, como para outras associações/entidades gestoras do LEADER, ainda há muita intervenção por iniciar e desenvolver no território. Daí a importância de se continuar a apostar numa equipa que, após dez anos, no terreno adquiriu "as competências necessárias, um bom conhecimento do território e perspectivas para o seu desenvolvimento".

ASDEPR
Avenida Infante Dom Henrique, s/n
9560-022 Lagoa
Telefone: 296 965768 | Fax: 296 965828
E-mail: asdepr@mail.telepac.pt | Site: www.asdepr.com.pt

Órgãos sociais

Assembleia-Geral: Presidente Luis Alberto Meireles Martins Mota | Secretário Associação Agrícola de São Miguel | Secretário Casa do Povo da Achada | **Direção** Presidente António Pedro Rebelo Costa | Vice-Presidente José Carlos Barbosa Carreiro | Vice-Presidente Francisco Álvares | Secretário Roberto Medeiros | Tesoureiro Rui Carvalho e Melo | **Conselho Fiscal:** Presidente Casa do Povo de Vila Franca | Vogal Casa do Povo de Pico da Pedra | Vogal Santa Casa da Misericórdia de Santo António - Lagoa

Unidade de Gestão: Presidente António Pedro Rebelo Costa (Câmara Municipal de Ribeira Grande) | Vogal Jorge Alberto Serpa da Costa Rita (Associação Agrícola de São Miguel) | Vogal Mário Jorge Medeiros (Centro Social e Cultural da Atalhada) | Vogal Rui Carvalho e Melo (Câmara Municipal de Vila Franca do Campo) | Vogal Dinis da Costa Mendonça (Casa do Povo da Fazenda)

Associados / Parceria LEADER+ (GAL)

Câmara Municipal de Lagoa; Câmara Municipal de Vila Franca do Campo; Câmara Municipal de Povoação; Câmara Municipal de Nordeste; Câmara Municipal de Ribeira Grande; Associação Agrícola de São Miguel; Associação de Desenvolvimento Local dos Açores - Terra Mar; Casa do Povo do Pico da Pedra; Casa do Povo da Ribeira Grande; Casa do Povo de Vila Franca do Campo; Casa do Povo de Ponta Garça; Casa do Povo da Fazenda; Casa do Povo da Achada; Casa do Povo do Faial da Terra; Casa do Povo das Furnas; Santa Casa da Misericórdia de Santo António - Lagoa; Centro Social e Cultural da Atalhada

PDL LEADER+

Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

O LEADER II caminhava para a recta final, quando Teresa Alvernaz e Isabel Magalhães concebiam, em paralelo, o PDL LEADER+. Antes de fecharem um projecto, traçaram o próximo e tiveram que lidar o melhor possível com esta concomitância. Dito e feito, a ASDEPR "delinha como estratégia de desenvolvimento uma intervenção com base no tema «A Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais», que deverá ser abordado tendo presente dois pontos fundamentais: o eixo prioritário de desenvolvimento da Região definido pelas políticas regionais e a necessidade de beneficiar e apoiar públicos-alvo como as mulheres e os jovens. Deste modo, o tema central deverá ser abordado e articulado com o vector turismo e serviços integrados no meio rural, valorizando os recursos endógenos, o património natural e cultural e o ambiente." A escolha do tema molda-se em função das fragilidades e oportunidades diagnosticadas no território, "ainda há muito a fazer no nosso território e o fruto desse trabalho será precisamente a melhoria da qualidade de vida, este era o tema forte que se enquadrava mais na estratégia de continuidade que nós queríamos levar a cabo". Quanto à escolha dos jovens e das mulheres como públicos-alvo preferenciais da intervenção, entende-se da seguinte forma: os primeiros, devido à alta taxa de natalidade da Região Autónoma dos Açores (12,9 nados vivos

por 1000 habitantes contra os 10,8 nacionais, INE/2003), representam um contingente apreciável e, segundo a coordenadora, "o futuro do meio rural", daí a importância de os fixar, aliciar, e lhes proporcionar as mesmas oportunidades que teriam em qualquer meio urbano; no caso das mulheres, quer-se dar resposta a uma problemática concreta e urgente, que começa logo por uma baixa taxa de actividade das mulheres (30,4% contra o valor nacional de 45,9%, segundo os valores médios anuais do Inquérito ao Emprego/2002), que leva a que quando são confrontadas com dificuldades económicas crescentes, as mulheres, com baixas qualificações ao procurar emprego enfrentam dificuldades maiores de inclusão. Daí a necessidade de apoiar projectos que lhes são dirigidos, que visam uma aquisição de competências e, a prazo, uma integração nas economias locais. Ao fim ao cabo a ASDEPR quer ser uma associação com medidas que permitam implementar projectos e iniciativas que "irão colmatar a exclusão social, incluindo estas pessoas em projectos viáveis", tudo isto sem nunca descuidar a viabilidade económica de qualquer projecto. De acordo com dados da associação, até 31 de Maio de 2005, num investimento total aprovado de 4.311.457,39 euros, o GAL aprovou 110 projectos no Vector 1, perfazendo um investimento total realizado de 2.787.577,39 euros.

Textos de **Mário do Rosário Aranha**

Equipa Técnica do GAL



Teresa Alvernaz
Coordenadora

Teresa Alvernaz tem 35 anos e é natural de Ponta Delgada. Em 1994 licenciou-se em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Hoje reconhece que a entrada na vida activa como coordenadora de uma associação nascente "foi um desafio interessante". Os responsáveis pela criação da associação decidiram apostar numa pessoa praticamente recém-licenciada, sem currículo significativo. Teresa Alvernaz sabia que esta experiência iria ser muito exigente, "tinha que me esforçar para aprender o mais rápido e melhor possível". Em termos profissionais e humanos foi uma aposta ganha, o trabalho é rico e a rotina inexistente. Teresa Alvernaz assegura que a associação "já contribuiu como projecto válido e poderá contribuir mais ainda para o futuro das comunidades do meio rural e dinamização do seu território". Ela, enquanto pessoa, reconhece na associação uma parte da sua vida, que marcou o início da sua carreira profissional e foi testemunha da sua evolução em termos de competências e saber fazer. Teresa Alvernaz cresceu e valorizou com e graças à ASDEPR.



Isabel Magalhães
Técnica

Isabel Magalhães nasceu em Ponta Delgada, há 34 anos. Depois de completar a licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa, regressa às origens e integra a ASDEPR em Abril de 1998. Inicialmente, produz estudos económicos para alguns projectos, principalmente para pessoas com poucos recursos económicos. Hoje, o trabalho é mais volumoso, os projectos mais numerosos, sobrando somente tempo para análises económicas e de projectos. "Gosto do acompanhamento de projectos: estar com as pessoas, conversar com elas, ver as suas ideias e aconselhá-las." Para Isabel Magalhães, a ASDEPR "representa uma associação ligada às pessoas, que pretende ajudá-las, trabalhar com elas e para elas" numa perspectiva de desenvolvimento rural. Dentro deste quadro, as suas expectativas para o futuro são de continuar a fazer este trabalho com ou sem LEADER.



Cláudia Dutra
Animadora Local

Com 29 anos, o 12º ano e um Curso Técnico de Turismo no bolso, Cláudia Dutra junta-se à equipa da ASDEPR em Julho de 2003. Territorialmente falando, Cláudia Dutra é do Nordeste. *In loco* serve a causa do desenvolvimento local, divulgando o programa LEADER+, "é elo de ligação entre os promotores nordestenses e a ASDEPR, encaminha e orienta promotores no quadro dos processos de candidatura. Este trabalho assenta num pressuposto, a Câmara Municipal do Nordeste acolhe, apoia e é apoiada pela técnica em questão. Para Cláudia Dutra "a ASDEPR não é apenas uma associação, mas sim um veículo para as populações das zonas rurais obterem qualidade de vida, participarem no seu próprio desenvolvimento e na dinâmica da comunidade", e remata, "como animadora local desta associação é muito gratificante poder contribuir para o desenvolvimento do concelho, que escolhi para residir e para educar os meus filhos."



Carla Oliveira
Técnica administrativa

Carla Oliveira tem 29 anos, dos quais oito de ASDEPR. Desde a sua entrada, tem vindo a assumir "funções progressivas": de administrativa passou a técnica administrativa. Aprendeu tanto que "se fosse para outro tipo de emprego, ia muito bem preparada", não só em termos técnicos, como em termos de comunicação. "A associação desenvolveu-me bastante em termos profissionais e como pessoa: não só a associação, mas também as pessoas que trabalham nela. Tem uma conduta e uma maneira de ver as coisas profissionalmente muito enriquecedora." Por estes e outros motivos, Carla Oliveira reconhece que a equipa da associação, apesar de pequena, tem feito um bom trabalho e que merecia até ser mais conhecida.

Um fim-de-semana em Lagoa, Nordeste,
Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo

Horizonte sem fim

Paisagem deslumbrante de falésias e horizonte largo. Abundam as vistas e miradouros, mas também as florestas densas, as praias, cascatas, fumarolas ou nascentes termais. Cenários que convidam a banhos quentes ou de mar, passeios ou observação de cetáceos, sem esquecer o património arquitectónico e a história e cultura do chá.

Começar o dia com um passeio até ao porto da Caloura, seguindo em direcção à Vila Franca do Campo. Paragem obrigatória no miradouro do pisão, para observar a bonita vista sobre a Caloura, e passagem pela praia e freguesia de Água d'Alto. Ao chegar a Vila Franca do Campo, dirigir-se para a Marina e realizar um passeio de barco com observação de cetáceos (projectos LEADER+). De regresso à marina, partir em direcção ao miradouro da Senhora da Paz, de onde se pode observar Vila Franca e o seu Ilhéu. No porto de Vila Franca apanhamos o "Cruzeiro do Ilhéu", que nos leva à Reserva Natural do Ilhéu. De volta a Vila Franca, seguir em direcção à costa Norte, passando na praia da Vinha d'Areia e na Lagoa do Congro. Na costa Norte, oportunidade para visitar a Praia dos Moinhos, na freguesia do Porto Formoso. Saída da freguesia em direcção à Fábrica de Chá do Porto Formoso (Projecto LEADER II), realizar uma visita à Fábrica e, no final, tomar um chá na sala de chá ou, se o tempo convidar, no alpendre existente no exterior da Fábrica, desfrutando de uma bonita vista sobre o Porto Formoso. Tomar o rumo da cidade da Ribeira Grande, visitando o centro histórico e o Jardim Paraíso Infantil. Dirigir-se, em seguida, para a estrada da Lagoa do Fogo, parando para ir a pé à Caldeira Velha, onde se pode tomar um relaxante banho de água quente férrea. Voltar à estrada, parando nos miradouros com vista para a Lagoa do Fogo. Na Vila da Lagoa, visitar a Cerâmica Vieira, bem como o porto de pescas e zona balnear, regressando à tranquilidade da Caloura para desfrutar de um bonito pôr-do-sol.

Com o despertar do novo dia, partimos com destino à Lagoa das Furnas, visitando as caldeiras onde é cozinhado o famoso Cozido nas Caldeiras. Segue-se em direcção à freguesia das Furnas para visitar as Caldeiras, onde se pode presenciar manifestações de vulcanismo activo, com fumarolas e nascentes termais e minero-medicinais. Pode aproveitar para saborear alguns produtos típicos no mercadinho, como o bolo lêvedo e o milho cozido nas águas quentes das caldeiras, ou adquirir algum artesanato, doçaria ou licores de características caseiras no posto de venda do Celeiro da Terra (projecto LEADER II). Visita ao Parque Terra Nostra, onde pode passear junto de várias espécies endémicas, bem como banhar-se nas águas quentes e férreas da piscina do Parque. Após saborearmos o Cozido das Furnas, visite a freguesia piscatória da Ribeira Quente, seguindo depois em direcção à Vila da Povoação. Fazer um desvio para visitar o Museu do Trigo (projecto LEADER II), e aproveitar para conhecer o miradouro do Pico Longo, com bela vista sobre

o vale, de onde se avista a Vila de Povoação, com as suas sete lombas e o mar. Continuando o nosso trajecto, avistamos em baixo, à direita, a freguesia de Água Retorta. Seguimos em direcção ao Nordeste, acompanhados pela Serra da Tronqueira à esquerda, parando no miradouro da Ponta da Madrugada, que se encontra no cimo de uma falésia de densa vegetação, de onde se pode avistar a Praia do Lombo Gordo. Um pouco mais à frente temos o miradouro da Ponta do Sossego, zona cuidada sobranceira ao mar e local ideal para um piquenique. Voltando à estrada, um pequeno desvio conduz ao miradouro da Ponta do Arnel, de onde se pode avistar o Farol com o mesmo nome e a costa. De volta à estrada principal, encontramos o miradouro da Vista dos Barcos. Entrada na vila pela Ponte do Nordeste que, com os seus sete arcos, é uma das maiores e mais belas da Ilha. À saída da Vila de Nordeste, passamos pela Ribeira do Guilherme ou dos Moinhos, situada num vale. Numa das suas margens, vemos o Jardim Botânico, envolvido por um outro jardim dotado de cascatas, lago de cisnes e um moinho recuperado. No troço final da Ribeira do Guilherme, na Boca da Ribeira, situa-se o Parque de Campismo e uma piscina com água do mar. Voltamos à estrada, passando pelas freguesias de Lomba da Fazenda, São Pedro de Nordestinho, Santo António Nordestinho, Algarvia e Achada. A caminho das Achadinas, passamos pela Cascata da Achada, na Ribeira das Caldeirões, onde duas quedas de água se unem, formando um único caudal, que passa sob a estrada. Do outro lado da estrada existe uma pequena zona de lazer ajardinada, com moinhos recuperados e um espaço para merendas. Antes de chegarmos à Salga, temos o miradouro do Salto da Farinha, de onde se pode ver uma grande cascata de águas férreas. Na freguesia da Salga visite o ateliê de tecelagem da Associação Sol Nascente (projecto LEADER II), onde apreciará o artesanato e degustará os seus produtos (compotas, biscoitos). Mais à frente entre na loja de artesanato "Folha de Milho", para apreciar o artesanato feito em folha de milho (projecto LEADER II). Seguimos viagem pelo Salto do Cavalo, de onde temos uma vasta panorâmica do Sudeste da Ilha. Reencontrando a estrada na Achada das Furnas, pode visitar o miradouro do Pico do Ferro, que oferece uma panorâmica geral do Vale e Lagoa das Furnas. Quem for apreciador de golfe, não deixe de entrar no Campo de Golfe das Furnas.

ASDEPR




para dormir

-  Casa Domus Adepta
Rua Formosa - Furnas
Tel: 296 584 354
-  Casa do Além - Villa Rental
Ribeira Quente
Tel: 296 584 670
-  Casa dos Frades
Rua do Triatro - Lomba da Fazenda, Nordeste
Tel: 296 382 365
- Hotel Caloura**
Jubileu, Caloura - Água de Pau
Tel: 296 960 900
- Aparthotel do Mirante**
Quinta do Mirante, Caloura - Água de Pau
Tel: 296 960 420
- Hotel Bahia Palace**
Praia - Água d'Alto
Tel: 296 539 130
- Estalagem dos Clérigos**
Rua dos Clérigos - Nordeste
Tel: 296 480 100
- Encosta do Mar Aparthotel**
Rua Antero de Quental - Ribeira Grande
Tel: 296 470 610


para comer

- Restaurante O Forno**
Av. Cons.ª Poças Falcão - Lagoa
Tel: 296 965 233
- Restaurante Borda d'Água**
Largo do Porto - Lagoa
Tel: 296 912 114
- Restaurante Praia Café**
Vinha d'Areia - Vila Franca do Campo
Tel: 296 539 160
- Terra Nostra Garden Hotel**
Rua Padre José Jacinto Botelho - Furnas
Tel: 296 549 090
-  **Restaurante Garajau**
Travessa do Buraco - Ribeira Quente
Tel: 296 584 670
- Estalagem dos Clérigos**
Rua dos Clérigos - Nordeste
Tel: 296 480 100
- Restaurante Ala Bote**
Rua East Providence - Ribeira Grande
Tel: 296 473 516

para visitar

-  Centro Cultural da Caloura, Museu do Trigo, Núcleos Museológicos da Ribeira Chá, Fábrica de Chá do Porto Formoso, Olarias de Vila Franca
- Lagoa do Fogo e Caldeira Velha, Furnas (Caldeiras, Lagoa, Parque Terra Nostra, Termas, Ilhéu de Vila Franca, Miradouro da Senhora da Paz, Miradouros do Nordeste, Praias (Água d'Alto, Moinhos, Fogo - Ribeira Quente, Vinha d'Areia), Fábrica de Cerâmica Vieira, Fábrica de Chá Gorreana, Tenda do Femeiro, Museu do Presépio

para levar

-  Bolos lêvedos, Queijadas de Feijão (Associação Garçatinha), Massa Sovada, Mel, Cerâmica e olaria
- Queijadas de Vila Franca, Ananás, Licores, Compotas, Bordado a Matiz, Tecelagem, Bonecas e Presépio de folha de milho, Artesanato em escama de peixe, casca de cebola e casca de alho, Vimes, Registos do Senhor de Santo Cristo, Presépios de Lapinha

CORES na Madeira

A globalização - que caracteriza o nosso tempo - é um conceito que descreve um processo de tendência para a mundialização da economia, dos negócios, dos mercados, dos gostos e dos hábitos de consumo. Trata-se de um fenómeno planetário que coloca novos desafios e faz emergir a necessidade de garantir a identidade das várias regiões do mundo herdeiras de uma história, de uma cultura e de tradições específicas.

É neste contexto que surge a economia solidária: enquanto projecto inovador na área social e comunitária que se rege por um conjunto de princípios: económico, solidariedade, gestão eficiente, respeito e valorização da diversidade cultural, promoção do desenvolvimento local, renovação de conhecimentos.

Assim, sem fazer do lucro o seu objectivo primordial, a economia solidária procura produzir bens e serviços de qualidade que atendam às necessidades reais do mercado (económico); promove a coesão social advogando a igualdade de oportunidades assim como a inserção de pessoas desfavorecidas, proporcionando-lhes um emprego estável e uma remuneração condigna (solidariedade); as actividades da economia solidária andam de mãos dadas com o desenvolvimento sustentável, o qual implica ter respeito pelo meio ambiente e pela garantia da existência dos recursos naturais (gestão eficiente); enaltece a identidade das várias culturas surgindo como complementar à globalização (respeito e valorização da diversidade cultural); as actividades de economia solidária estão integradas no meio social em que se desenvolvem (promoção do desenvolvimento local); e mantém a sua eficiência e prossegue os seus objectivos mediante uma capacidade de adaptação às alterações de contexto (renovação de conhecimentos).

Baseado nos princípios da economia solidária, o Projecto CORES, acrónimo de Cooperação Regional para a Promoção da Economia Solidária, assume-se como uma nova forma de economia que articula a vertente social com a económica valorizando ao mesmo tempo as especificidades locais. O Cores envolve a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores e as Canárias, e é financiado pelo programa INTERREG III B, 2000-2006.

Sediada em Santana, a Associação Santana Cidade Solidária (ASCS) tem beneficiado da estratégia de intervenção definida pela ADRAMA - Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, no âmbito do programa LEADER+.

Conhecedora das necessidades dos agentes sociais, culturais e económicos das 28 freguesias dos seis concelhos onde intervém, a ADRAMA procura apoiar directa ou indirectamente projectos de mais-valias para as localidades e populações. Além do "cunho pessoal" que inserem nos projectos e os "laços que se criam entre as pessoas", como factores que levam a ADRAMA a ser, cada vez mais, solicitada por esta ou aquela entidade, a coordenadora da equipa técnica da associação, Regina Ribeiro, salienta que o "sistema de parcerias [do programa LEADER+] possibilita grande entendimento entre os interessados".

No quadro do projecto CORES, tendo sido convidada pelo Instituto Regional de Emprego da Madeira a apresentar uma mostra de produtos de economia solidária, a ADRAMA "tem assumido o papel de intermediário entre as associações associadas do projecto e os produtores (apoiados pelo LEADER+ ou não), em que os princípios de economia solidária se aplicam" - caso da ASCS. Uma associação de solidariedade social de direito privado, dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos, que se rege pelo regime legal das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Constituída em Julho de 2002, a ASCS tem como principal objectivo a promoção dos diferentes grupos etários da população das freguesias do concelho de Santana, no que concerne aos aspectos sociais, económicos, culturais e desportivos. Entre as principais actividades desenvolvidas, procurando ajudar a rentabilizar as potencialidades e os recursos endógenos do concelho, destacam-se, além do CORES, o projecto Raízes (INTERREG III B), que integra a instalação do Museu do Vinho e da Vinha no Campo Experimental de Vinha do Arco de S. Jorge, o projecto Veredas (promoção de produtos agrícolas do espaço macaronésio), Clube de Emprego, lavandaria social pública, o projecto Idosos em movimento, uma mostra gastronómica e o Fórum Empresarial de Santana.

A redacção
com a colaboração da Associação Santana Cidade Solidária e da ADRAMA



Na Madeira, a Associação Santana Cidade Solidária (ASCS) foi a instituição que assumiu - em Dezembro de 2004 -, em colaboração com o Instituto Regional de Emprego da Madeira, as competências de gestão para garantir a comercialização dos produtos, no âmbito do projecto CORES, ao certificar os produtos e os serviços da economia solidária (marca CORES), ao estabelecer acordos, protocolos e parcerias com entidades económicas e comerciais, ao elaborar catálogos dos produtos disponíveis nas lojas CORES, ao servir de intermediária entre as restantes entidades associadas do projecto, ao assegurar o processo de recolha, armazenamento, gestão, controlo e entrega dos produtos nas lojas CORES, entre outros.

A loja CORES fica situada no Parque Temático da Madeira (concelho de Santana) e tem dado a conhecer a toda a região os produtos regionais produzidos pelos 15 associados do Projecto: bolo de mel, broas tradicionais, pão caseiro, rebuçados de funcho, compotas, bordado madeira, casinhas de Santana em palha, tapetes ou cobertas de retalhos. A iniciativa tem despertado o interesse dos consumidores por muitos produtos, o que torna esta loja um ponto de atracção para os visitantes e um cartaz de projecção da região no mundo.

A economia solidária promove também eventos culturais transregionais, materializados principalmente na organização de feiras, que visam a criação de um mercado específico de modo a divulgar os produtos característicos das regiões e a promover a identidade dos lugares num mundo cada vez mais marcado pela massificação.

Sandra Martins
Associação Santana Cidade Solidária

Associação Santana Cidade Solidária
Sítio do Pico - Santana
Tel.: 291 573824

Cresaçor

Economia solidária nos Açores

O que é economia solidária? Como pode melhorar a vida das pessoas e ajudar a combater a pobreza e a exclusão social? São duas das questões mais frequentes, quando confrontados com o conceito e as acções práticas da economia solidária. Em nosso entender, a economia solidária assenta em dois princípios inquestionáveis: a solidariedade deve ser percebida numa perspectiva recíproca, isto é, na troca indissociável das relações humanas que se traduz no sentimento de pertença à humanidade, de dívida em relação às sociedades passadas e compromisso em relação às gerações futuras, numa lógica de sustentabilidade; a promoção da coesão social é um ideal que deve ser perseguido por todos, de forma consequente e permanente, partindo do pressuposto que as sociedades actuais geram desequilíbrios que não corrigidos, pondo em causa o seu próprio funcionamento.

A economia solidária constitui uma estratégia de promoção à inserção de grupos de pessoas com grandes dificuldades de empregabilidade, através da criação de micro-empresas de inserção, produzindo produtos e serviços nas mais variadas áreas. Enquanto actividade económica, as empresas que trabalham na vertente de economia solidária produzem e/ou distribuem bens e serviços satisfazendo necessidade reais do mercado, criando empregos e reinvestindo nas pessoas os rendimentos.

Criada em 1999, incubada no âmbito do Projecto de Luta Contra a Pobreza e do projecto IDEIA - Iniciativa para o Desenvolvimento de Empresas de Inserção nos Açores, a Cresaçor - Cooperativa Regional de Economia Solidária, é resultado de três factos concretos: a existência, na altura, de um conjunto significativo de micro-empresas de economia solidária criadas no âmbito do projecto de Luta Contra a Pobreza, com capacidades produtivas mas com dificuldades ao nível da comercialização; a necessidade de se concretizarem medidas activas

de criação de emprego, utilizando para o efeito os recursos financeiros das áreas de apoio social; a pertinência em reforçar novas metodologias de combate à exclusão social, tendo por base a criação de um mercado de produtos aliados às dimensões de formação profissional, pessoal e social.

Através das suas acções, a Cresaçor visa, por um lado, apoiar as instituições de economia solidária e/ou empresas de inserção nos Açores, como estraté-

gia de integração sócio-profissional através da via económica dirigida a famílias e comunidades socialmente desfavorecidas, com vista à melhoria das suas capacidades de cidadania e qualidade de vida; por outro, incrementar o acesso à educação-formação e à incubação do posto de trabalho, no âmbito do Mercado Social de Emprego, de grupos socialmente desfavorecidos.

Com o propósito de dar sustentabilidade aos seus princípios, a Cresaçor desenvolveu, no âmbito do programa INTERREG III B e tendo como entidade promotora o Instituto de Acção Social, a marca CORES, visando certificar os produtos de origem solidária produzidos nos Açores. Além da vertente da produção, a Cresaçor apostou em Lojas CORES. Uma rede de produção e comercialização de produtos CORES que, além de favorecer a empregabilidade de indivíduos em situação de exclusão social, potencia o desenvolvimento local, na medida em que privilegia produtos regionais na sua rede de comercialização.

A promoção do desenvolvimento local constitui outra das vertentes essenciais da actuação da Cresaçor. Nos últimos anos, o apoio da ARDE - Associação Regional para o Desenvolvimento, através do programa LEADER II e LEADER+, tem permitido, passo a passo, concretizar os propósitos da Cresaçor. Uma parceria que tem sido vital para a promoção e divulgação dos nossos produtos, nomeadamente através das Feiras Transregionais de Economia Solidária.

O facto da Cresaçor participar como membro da Direcção da ARDE tem permitido, por um lado, apoiar as candidaturas relacionadas com as instituições gestoras de projectos de luta contra a pobreza e, por outro, ilustrar aos restantes membros a sua vital importância para a autonomização dos projectos e para a criação de empregos em zonas economicamente desfavorecidas.

Ainda no quadro do INTERREG III B, a Cresaçor é a entidade gestora de três projectos nesta dinâmica de crescimento da economia solidária nos Açores: GESFONDO (Agência Transregional Gestora do Fundo Solidário); SICARO (Sistema de Gestão da Qualidade em Rede para Entidades de Economia Solidária e Organizações não Governamentais dos Açores e Canárias) CEESA (Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico).

Actualmente, a Cresaçor tem 17 associados provenientes de três das nove ilhas do arquipélago, empregando cerca de 300 pessoas.

Cresaçor

Cresaçor
Ponta Delgada, Açores
Tel.: 296 281554
E-mail: info@travelaçores.com



Comércio Justo - uma alternativa solidária

Num contexto histórico complexo, a economia solidária surge como um novo paradigma de transformação, com base na solidariedade, criatividade e o desenvolvimento de uma consciência crítica, estimulando a cidadania participativa.

A este projecto juntam-se as mais variadas iniciativas, levadas a cabo por grupos populares, organizações de base, movimentos cooperativos, ecologistas e mutualistas, organizações não governamentais (ONG), instituições públicas, religiosas e autoridades locais, povos autóctones que lutam pela recuperação da sua identidade, empresários que visam não só o lucro, mas condições de vida e de trabalho dignas para os seus colaboradores, e cidadãos que apoiam estas acções através do trabalho voluntário e/ou do consumo de bens e serviços produzidos no âmbito do movimento.

Neste domínio, o comércio justo insere-se como uma das formas alternativas e solidárias de resposta às profundas desigualdades socioeconómicas entre os países ricos e pobres, respectivamente do Norte e Sul geopolítico.

A sua evolução, desde os anos 60, tem demonstrado que um conjunto de práticas socioeconómicas éticas, com base em relações de parceria entre produtores e importadores, construídas com perspectivas de longo prazo, são fundamentais para o planeamento da produção, estabilidade orçamental e autonomia das comunidades e grupos de produtores envolvidos.

O crescente esforço de ligação entre os que produzem e os que consomem, através do trabalho de sensibilização realizado pelas lojas de comércio justo/ Lojas do Mundo, tem sido essencial na consciencialização do consumidor para os desequilíbrios gerados nos países mais pobres. Conhecer a origem dos produtos e as condições em que foram produzidos confere ao consumidor o direito e o dever como cidadão, de influenciar práticas éticas de produção e consumo.

O comércio justo é, ainda, um movimento que estimula a constituição de instituições democraticamente geridas e sem fins lucrativos, cujos benefícios devem ser partilhados por todos os que participam num projecto comum. Fomenta a responsabilidade das organizações de produtores para a criação de projectos em benefício do colectivo (trabalhadores e membros das comunidades directa ou indirectamente envolvidos), em detrimento da concentração individual dos excedentes (lucros).

Por estas e outras razões, o comércio justo é mais um modelo organizativo que promove a justiça e equidade social, cujos resultados positivos são hoje uma realidade incontornável para inúmeras comunidades dos países mais pobres do Sul geopolítico.

É de fundamental importância a articulação do comércio justo com as diversas redes de economia solidária existentes e que crescem vigorosamente, em especial na América Latina.

O desenvolvimento e crescimento das iniciativas de economia solidária, embora ainda desconhecidas de grande parte dos cidadãos do mundo, são capazes de revelar que as novas formas de produção e consumo, social e ambientalmente responsáveis, colocam nos dois extremos a cooperação x exploração. Já é possível constatar os resultados deste desafio!

Carolina Leão
Cooperativa Mó de Vida

Mó de Vida Cooperativa de Consumo, CRL
Pragal, Almada
Tel.: 21 2720641
E-mail: modevida@sapo.pt
www.modevida.com

Afirmar a solidariedade local com o LEADER+

As recentes experiências de desenvolvimento local e economia solidária estão a dar forma a um outro modo de fazer o desenvolvimento social local, concretizando a feliz combinação do princípio da solidariedade com a economia, construída na base de amplas e diversificadas parcerias e, sobretudo, num maior empenhamento das comunidades.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL), as Organizações Não Governamentais (ONG) e outras organizações não lucrativas são a base desta nova forma de organização, de base associativa e local. Embora algumas destas iniciativas denotem ainda alguma fragilidade, sobretudo por razões de ordem financeira e do fraco apoio do Estado, os últimos anos registam o fortalecimento do seu papel, confirmando que não é só o mercado a principal fonte de dinâmica social mas, também e sobretudo, a vontade colectiva das populações e o interesse dos territórios.

De modo a capitalizar a acção local desenvolvida no âmbito do LEADER+ alguns Grupos de Acção Local (GAL) têm vindo a articular a sua intervenção com o desenvolvimento de actividades no âmbito da economia solidária, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de novas habilidades e competências.

Vivem nas zonas rurais de Portugal alguns dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza, como sejam os idosos pensionistas, agricultores de baixos rendimentos, assalariados com baixas remunerações, desempregados, jovens com baixas qualificações, trabalhadores em situação precária face ao emprego, mulheres com actividades múltiplas sem qualquer reconhecimento, entre muitas outras situações. As actividades na área da economia social assumem, nestas situações, um papel de relevo na inclusão social e política.

Sob este ponto de vista, uma das questões que se coloca com pertinência refere-se ao modo como integrar estes grupos mais excluídos, em projectos de desenvolvimento rural e local, substituindo a lógica de respostas pontuais por uma lógica de desenvolvimento social. Na verdade, a pequena dimensão dos territórios LEADER+ é, sem dúvida, a escala ajustada para empreender acções desta natureza, recombinao recursos com a satisfação de necessidades.

O papel do LEADER+ na promoção da economia social

A iniciativa comunitária LEADER+, através da proximidade local e do desenvolvimento de parcerias diversificadas, tem tido um papel importante na criação de um ambiente favorável de apoio a actividades na área da economia social, como sejam, a criação de micro-empresas, serviços de proximidade, o apoio a actividades de formação e qualificação ou apoio a pequenos negócios emergentes, com dificuldades de concorrência com outras actividades, de natureza empresarial e competitiva, entre outros.

Alguns GAL LEADER+ de Portugal têm dado atenção especial a esta matéria, quer ao nível da aprovação de alguns projectos com estes objectivos, quer ao nível da complementaridade da sua intervenção com outros programas e projectos, mais orientados para estas questões. É o caso da AD ELO, cuja coerência da sua intervenção, nesta matéria, tem sido revelada pelo esforço de articulação com outras iniciativas e projectos, apoiando estruturas e instrumentos diversos que facilitam a manutenção de equipamentos sociais significativos para grupos mais vulneráveis do seu território. É o caso do Centro Comunitário do Canedo em que, o apoio financeiro a esta estrutura, permitiu realizar acções de apoio ao prolongamento escolar das crianças, fornecimento de refeições, criação de um banco alimentar para famílias carenciadas e de um gabinete de atendimento de casos mais complexos do ponto de vista social, assim como a formação profissional para públicos desfavorecidos, tendo em vista a criação de empresas de inserção. Assim, e na base de um conjunto de parcerias e protocolos que permitem funcionar de uma forma articulada com a Rede Social da Mealhada, Segurança Social e outros, "o trabalho não tem uma fronteira, é uma resposta integrada em que o LEADER+ funciona como ponto de difusão de informação e criação de espaços públicos para prestação de serviços ligados ao bem estar social", conforme afirmou Mário Fidalgo, coordenador da AD ELO.

Existem muitas outras experiências europeias, no campo do cruzamento do desenvolvimento rural com a economia social, como seja, o "Plano Rural para a Inserção Económica", em Loire, França (Associação CILDEA), em que a reabilitação do pequeno património e a reabilitação de habitações antigas em várias comunas rurais, serviu de apoio à inserção de desempregados de longa duração e então beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção (RMI), através da assinatura de um contrato Emprego-Solidariedade e consequente criação de uma empresa de economia social. Claro que a forte tradição francesa de parcerias entre os poderes públicos locais e regionais e as organizações profissionais facilitou o processo e os resultados foram bem sucedidos: criação de várias empresas de inserção, de uma união empresarial de economia social com o nome de MENHIR e acolhimento de mais de duas centenas de desempregados de longa duração.

Semelhante projecto foi desenvolvido na Irlanda, em Kilrush, com vista à procura de soluções para um dos problemas mais graves deste país, em finais dos anos 90 – o desemprego e a baixa densidade populacional em meio rural. Com este projecto, intitulado "Repovoamento Rural na Irlanda (RRI): ajuda à instalação em meio rural", pretendeu-se encorajar e facilitar a reinstalação de famílias urbanas, nas zonas despovoadas da Irlanda. A sua principal actividade consistiu em encontrar e disponibilizar casas para arrendamento a longo prazo, através do apoio financeiro das administrações locais e estruturas associativas. A constituição da RRI, uma associação sem fins lucrativos, está claramente na lógica da economia social. Aos grupos LEADER coube o papel de inventariar as possibilidades de alojamento e de repensar a disponibilidade/ utilização de casas devolutas nos seus territórios, criando verdadeiras redes de solidariedade e sensibilizando as populações locais para o movimento de reinstalação e animação de estruturas de acolhimento aos novos habitantes. Outra experiência intitulada "Encorajar a autonomia das pessoas idosas" desenvolvida em Oulu, na Finlândia, em que o programa LEADER apoiou um programa experimental para a combinação de serviços de guarda de crianças com a ajuda de pessoas idosas, possibilitou-lhes continuar a residir na sua própria residência.

Capitalizar a acção LEADER+

Apesar das dificuldades nesta matéria, as zonas rurais revelam algum dinamismo de integração e aceitação de novas ideias e negócios, muitos deles nascidos, não só da incorporação de inovações tecnológicas e novas práticas profissionais, mas também de mecanismos de solidariedade local.

A redefinição do local, a par da renovação das políticas públicas, possibilita, assim, o reconhecimento da legitimidade das organizações de economia social, cujo papel se torna relevante no desenvolvimento social e humano da sociedade em geral. Para as zonas rurais pode ser um contributo fundamental na inversão do movimento de despovoamento e para a revitalização de associações e cooperativas, ainda predominantes nestas zonas.

A importância crescente da economia social tem evidenciado uma nova base para o fazer social, cujo desenho permite incluir a iniciativa privada, as micro-solidariedades territoriais e as sociabilidades locais. A resposta aos problemas sociais inscrita, agora, na renovação das relações entre estas organizações e os poderes públicos e na integração da dimensão económica e social, é um marco notável na resolução de alguns dos problemas sociais e edifica, nobremente, a utopia da possibilidade e do melhor possível, insuflando uma nova forma de trabalhar em cooperação e associação.

Maria do Rosário Serafim
Rede Portuguesa LEADER+ (IDRHa)



Mostra de vivências e sabores - Ribeira Chã

Palestra "Vivências e promoção rural"

Abordar a necessidade de promover o desenvolvimento das zonas rurais, analisar as potencialidades do meio rural, e conhecer projectos exemplificativos desenvolvidos por associações que promovem o programa LEADER+, foram os principais pontos da palestra "Vivências e promoção rural", apresentada por Joaquim Pires, director regional do Desenvolvimento Agrário, que teve lugar em Vila Chã (Lagoa), dia 23 de Julho, durante a realização da Mostra de Vivências e Sabores, desta freguesia.

Face à necessidade de promover o desenvolvimento das zonas rurais, o director regional do Desenvolvimento Agrário assinala três acções prioritárias: humanizar o espaço rural, evitar a fuga de recursos e incitar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos territórios. Intervenções primordiais, e que assentam na necessidade de "ligar as pessoas à terra" e na consciência de que o "maior recurso [destes territórios] são as pessoas".

De acordo com Joaquim Pires, a contrapartida para estas intervenções situa-se no domínio das potencialidades do meio rural, sustentada nas especificidades que estes territórios têm a oferecer, uma vez que "o meio rural tem uma vivência muito própria e genuína", defende. São vivências, bens e serviços de qualidade, com potencial, mas que carecem de investimento na "promoção das zonas rurais".

No domínio das vivências, o director regional salienta que o meio rural "preserva uma identidade, tem tradição, cultura própria e história, e dispõe de ordenamento territorial equilibrado e belezas paisagísticas únicas", além de cultivar "valores que os meios urbanos já perderam". Bens e serviços de qualidade também não faltam nestes territórios. Artes e ofícios tradicionais, comércio rural, turismo cultural, rural e de natureza, gastronomia de qualidade e produtos frescos, são os principais produtos.

Uma riqueza, pronta a ser desfrutada, desde que sejam criados os requisitos de promoção das zonas rurais. Neste domínio, o director regional aponta a

necessidade de criar condições de permanência dos jovens (através de infraestruturas que impliquem a sua permanência nas localidades), valorizar o capital humano com formação profissional, estimular capacidade de empreender, dinamizar a diversificação de actividades económicas, promover os produtos típicos e genuínos do meio rural, fomentar novas oportunidades de emprego, e valorizar património edificado, hábitos e festejos tradicionais.

Para ilustrar as medidas defendidas na conferência, Joaquim Lopes recorreu a projectos exemplificativos, desenvolvidos pelas quatro associações que promovem o LEADER+ nos Açores: ASDEPR - Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural, ARDE - Associação Regional para o Desenvolvimento, ADELIAÇOR - Associação para o Desenvolvimento de Ilhas dos Açores, e GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional. Oportunidade para conhecer as intervenções LEADER nas ilhas açorianas, ao nível da recuperação de zonas verdes e monumentos, apoio a escolas e parques infantis, formação, transformação de produtos, e dinamização de actividades culturais. A palestra surge integrada na "Mostra de vivências e sabores", na Ribeira Chã, com organização da Junta de Freguesia desta localidade, e apoio da Câmara Municipal de Lagoa e da ASDEPR. Uma iniciativa que, de acordo com Joaquim Pires, permite "mostrar algo que é identificativo e que é muito próprio de uma freguesia como a Ribeira Chã".



Foto de Rosário Pereira

João Limão

Europe Direct da Península de Setúbal

Decorreu no passado dia 19 de Julho, na Biblioteca Municipal de Palmela, o acto público de lançamento do Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal, promovido pela ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, em parceria com a Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO), e que contou com a participação de representantes de instituições públicas e privadas, promotores e público em geral.

Na sessão de abertura do evento, o presidente da ADREPES, António Pombinho, reafirmou o interesse desta parceria, referindo a importância de uma "abordagem LEADER" no funcionamento do Centro, através da cooperação entre públicos e privados, com o objectivo de criar uma rede de informação que favoreça o envolvimento e participação das populações ao nível das políticas comunitárias. António Pombinho destacou ainda a necessidade de assegurar o futuro do programa LEADER+ na Península de Setúbal, de forma a continuar o trabalho na área do desenvolvimento rural.

Igualmente satisfeito com a parceira, o Director Regional da DRARO, António José Rego, afirmando que a ADREPES revela grande dinamismo e capacidade de iniciativa, disse acreditar que a rede de informação é indispensável na procura de uma plena cidadania e que reconhece o grande valor da abordagem LEADER para o desenvolvimento dos territórios.



ADREPES

Reforçando a opinião do presidente da ADREPES, o adjunto da Governadora Civil, Joaquim Monteiro, e a vice-presidente da Câmara Municipal de Palmela, Adília Candeias, sublinharam a importância do Centro de Informação Europe Direct para a Península de Setúbal, congratulando os parceiros pela iniciativa. A apresentação dos Centros de Informação Europe Direct e seus objectivos gerais coube ao Director da Rede Europe Direct Nacional, Manuel Romano. Dos objectivos específicos do Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal e do plano de actividades para o presente ano falou Manuel Meireles, da DRARO - Divisão de Associativismo e da Renovação do Tecido Produtivo.

A coordenadora da ADREPES, Manuela Sampaio, interveio sobre o contributo do Centro de Informação Europe Direct para o desenvolvimento rural da Península de Setúbal, realçando a necessidade de levar a informação a todo o território, envolvendo para tal a população local, nomeadamente os mais jovens.

A sessão terminou com a assinatura do protocolo entre o presidente da ADREPES e o Director Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste, seguido de um Moscatel de Honra na Casa-Mãe - Associação da Rota dos Vinhos - em Palmela.

O Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal está sediado na ADREPES (R. Hermenegildo Capelo, n.º 37, 2950-234 Palmela), e permite o acesso, à população em geral e aos mais jovens em particular, a um conjunto de serviços de informação, difusão e divulgação provenientes da Comunidade Europeia.

ADREPES

O jornal Pessoas e Lugares tem vindo a ser apresentado nos territórios que destaca. Através de pequenos colóquios em que se debate de viva voz o tema de cada número e que possibilitam um debate directo com os diversos actores convidados. Foi o que aconteceu nos territórios da ADRIMAG, onde se discutiram os rios como fonte de desenvolvimento e, mais recentemente, da ADRUSE, onde estiveram em discussão a qualificação dos produtos da Serra da Estrela.

Rios e desenvolvimento: que caminhos a percorrer



“Olhando para a Serra da Freita vi-a como um moderno centro comercial, onde as lojas-âncora são os rios. Mas este magnífico centro comercial tem algumas carências graves, a começar pelo parque de estacionamento, pelo sector de informação e pela eficácia da gestão”. Foi com esta imagem que Rui Marcial, empresário de animação turística, sintetizou a sua relação empresarial com o território onde actua no colóquio promovido pela ADRIMAG -

Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemouro, Arada e Gralheira, no passado dia 2 de Fevereiro, e que reuniu umas seis dezenas de pessoas no auditório dos Bombeiros Voluntários de Arouca.

Um território com uma natureza rica, em que os rios representam o máximo expoente de atractividade, mas com falhas graves no que diz respeito às infra-estruturas de alojamento e restauração, à informação disponibilizada aos visitantes e, sobretudo, à articulação das intervenções e à programação adequada das actividades dinamizadas.

Para lá das boas-vindas protocolares, Armando Zola, presidente da Câmara Municipal de Arouca, pronunciou-se sobre a atenção da autarquia em aproveitar as potencialidades dos rios do território do concelho de uma forma diversificada, hoje, muito virada para a indústria do lazer. Sem esquecer que “os rios são hoje uma questão de sobrevivência”, tendo em linha de conta a pressão que sofrem e a dependência humana de um recurso essencial - a água. Daí, a chamada de atenção para a necessidade de uma intervenção intensa no saneamento básico; preocupação que começa já a ser apontada para o próximo quadro comunitário de apoio, por ter na preservação dos recursos naturais uma das prioridades.

Dando sequência às intervenções, Rui Batista, chefe de Projecto LEADER+, chamou a atenção para a nova atitude introduzida pelo LEADER, ao ceder à sociedade civil a execução e a animação da intervenção, reservando para si a gestão e o controle. Uma atitude contrária ao habitual centralismo da administração, que tem mostrado eficácia, como é patente na intervenção da ADRIMAG, anfitriã do colóquio.

O exemplo da participação popular na defesa dos seus recursos naturais esteve presente através da Associação de Defesa do Vale de Bestança, na voz do seu presidente, Jorge Ventura. Nascida na sequência da luta contra a implantação de uma mini-hídrica, esta associação rapidamente se transformou numa estrutura mobilizadora da sociedade local e numa acérrima defensora dos valores culturais e naturais, promovendo a sua rentabilização através da utilização turística. Uma posição muito dogmática que, aliás, motivou no final algumas questões da assistência, com o eterno debate entre a conservação e o progresso.

Diferente foi a intervenção de Carlos Pereira, técnico com anos de experiência no acompanhamento dos recursos de fauna e flora dos rios e sua fiscalização, que abordou a sustentabilidade dos rios através da sua utilização equilibrada ou desequilibrada e a fiscalização necessária, para deixar bem evidente uma ideia: a real sustentabilidade dos rios está dependente da responsabilidade individual e colectiva de quem os utiliza.

Já na fase final do colóquio, a imagem do centro comercial da Serra da Freita, de Rui Marcial, que trouxe ao colóquio uma nova dimensão da utilização dos rios - a do lazer de aventura -, permitiu aos presentes perceber que a gestão e rentabilização de um território obriga a uma eficácia e intersectorialidade que está longe de ser atingida.

Qualificação dos produtos Serra da Estrela



Zona de montanha de referência em Portugal, a Serra da Estrela encontra nos seus produtos tradicionais uma forte base de sustentação da economia local. Valorizar esses produtos, garantindo a sua genuinidade e reconhecimento junto do grande público, foi a reflexão que a ADRUSE - Associação de Desenvolvimento da Serra da Estrela quis colocar aos participantes do colóquio que organizou no auditório da Biblioteca Municipal de Gouveia, no passado dia 27 de Julho.

A abrir a sessão, recordando a sua experiência governativa na área da agricultura, Álvaro Amaro, presidente do Conselho de Administração da ADRUSE e da Câmara Municipal de Gouveia, sublinhou a mudança radical que se operou nos últimos anos na visão que se tem da agricultura e do desenvolvimento rural. “A agricultura é hoje, porventura, uma componente do desenvolvimento rural, enquanto antigamente o desenvolvimento rural era uma pequena componente da agricultura”. O que, na fase de transição entre quadros comunitários, coloca responsabilidades acrescidas para a programação da intervenção e do investimento nestas áreas, questão que se prende com a experiência do programa LEADER e a garantia de continuidade da sua metodologia de intervenção.

João Paulo Agra, coordenador da ADRUSE, fez uma apresentação da aplicação do Programa na Serra da Estrela, ensaiando um primeiro balanço, ao comparar os objectivos propostos inicialmente e a sua efectiva concretização, não deixando, porém, de evidenciar a articulação dos diversos programas em curso (Sivetur, POCentro, PIQTur, POEFDS) na concretização da estratégia global da associação.

O chefe de Projecto LEADER+, Rui Batista, salientou que o LEADER “teve o condão de perceber, antes dos outros, que apoiar o mundo rural não é só apoiar a agricultura”, e que a visão integrada e a forma como foi aplicado fez de Portugal um caso de grande sucesso a nível europeu. Mas, actualmente, novos desafios se colocam. Por isso, Rui Batista referiu a aposta do sector agrícola no quadro das referências estratégicas nacionais, evidenciando a importância do conceito de qualidade como matriz condutora da produção agrícola. “Tem que se fazer uma evolução enorme ao nível das produções estratégicas! Dentro de dez anos não haverá política agrícola comum.”

Margarida Fidalgo Cruz, da equipa do plano estratégico turístico da Serra da Estrela deu continuidade à sessão, sublinhando a natural vocação dos territórios de montanha para a actividade turística, que advém da sua elevada qualidade ambiental mas também da diversidade.

A segunda parte do colóquio foi consagrada à qualificação de produtos da Serra da Estrela. Uma questão actual, já que se vem debatendo a ideia de uma marca “Serra da Estrela”, com contornos pouco definidos mas sempre na perspectiva de valorização económica da produção local. O tema não poderia deixar de ser vivo, já que a ADRUSE convidou para o enquadrar a responsável da Divisão de Promoção de Produtos de Qualidade do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Ana Soeiro.

Primeira ideia-forte da intervenção desta responsável: os produtos não se certificam, “qualificam-se”. Na sua génese, o homem, as plantas, os animais e o saber é que transformam os produtos em produtos de qualidade. Qualidade essa que se pretende reconhecida, o que já sucede em Portugal com 115 produtos. Mas as Denominações de Origem (DO) não são dadas, são reconhecidas quando existem; e não servem de estratégia comercial, nem para dar visibilidade a um tema nem ser utilizadas como arma política. Clara ficou também a ideia de que as regras europeias não permitem aos Estados-membros a criação de marcas regionais com nomes geográficos.

Uma intervenção que proporcionou o enquadramento informativo do tema mas que não permitiu um debate tão aceso, como se poderia esperar, até porque ficou evidente a falta de informação e de enquadramento teórico, na base da reflexão. Por isso, este colóquio terá desempenhado um papel essencial pelos elementos novos que trouxe ao conjunto de interlocutores locais presentes.

Francisco Botelho

ADIBER promove sessão sobre microcrédito



Integrado nas acções previstas no Projecto "Montanhas de Oportunidades", apoiada pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, no âmbito da Medida 4.4 do POEFDS, a ADIBER - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra promoveu no passado dia 27 de Maio, na Biblioteca Miguel Torga em Arganil, uma acção de informação sobre microcrédito. Perante uma assistência de mais de meia centena

de pessoas, na sua maioria mulheres em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, técnicos da ADIBER e da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) tiveram a oportunidade de explicitar a filosofia associada ao financiamento através do microcrédito e respectivos mecanismos e procedimentos de acesso.

O microcrédito é uma forma de apoio financeiro dirigido a todos quantos vêm negado o acesso ao crédito bancário tradicional, permitindo a viabilização de uma ideia de negócio interessante e viável do ponto de vista económico, o que poderá constituir o caminho para sair da pobreza e para uma plena integração social de quem teve a oportunidade de criar o seu próprio emprego. Como refere um dos percursores do microcrédito "o direito ao crédito deve ser equiparado a um dos Direitos do Homem", dado que este permite dar a

uma pessoa dignidade social, contribuindo para a sua própria autonomia e independência.

Durante a sessão, o testemunho de Ana Paula Ferreira foi gratificante. Com o apoio financeiro disponibilizado através do microcrédito, já que a sua condição de desempregada lhe impedia obter um empréstimo bancário, Ana Paula Ferreira instalou uma pequena actividade ligada à produção de compotas, doces e geleias. Hoje, esta microempresária de Ourém é proprietária de uma pequena estrutura empresarial consolidada, de onde retira os rendimentos suficientes que lhe permitem uma qualidade de vida satisfatória. No sentido de incentivar e desenvolver o espírito empreendedor dos participantes da sessão, a empresária referiu que o sucesso da sua actividade e de todo o seu projecto de vida, após a frequência de uma acção de formação profissional, se resume a quatro palavras-chave: gostar, força de vontade, paciência e coragem.

A ADIBER em colaboração com a ANDC demonstrou a sua total disponibilidade para prestar apoio técnico e logístico a todos os promotores da Beira Serra que queiram implementar ideias de negócio com recurso ao microcrédito, estando desde já prevista uma nova acção a decorrer em Góis, no mês de Outubro.

ADIBER

Argélia: intercâmbio sobre Desenvolvimento Rural



No âmbito de uma colaboração com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e a Direcção-Geral das Florestas do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Argélia, a Minha Terra - Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local organizou uma visita de intercâmbio, reflexão e análise comparada de acções de desenvolvimento

rural descentralizado e participativo no quadro das actividades do projecto UTF/ALG/0011/ALG, "Trocas de experiências de desenvolvimento local e territorial na bacia do Mediterrâneo".

Com esta visita pretendeu-se dar a conhecer os actores, a intervenção e resultados de alguns processos de desenvolvimento local em Portugal, promover

intercâmbios metodológicos sobre a constituição das associações de desenvolvimento local e a implementação de planos de desenvolvimento local e abrir portas à cooperação entre ADL (Associações de Desenvolvimento Local) portuguesas e organizações argelinas.

Durante 10 dias, entre 16 e 25 de Junho, oito quadros da administração argelina, envolvidos na gestão do Projecto de Emprego Rural, participaram em sessões de reflexão e visitaram projectos no Alentejo Central, Algarve Sudoeste e Península de Setúbal, com a colaboração da MONTE - Desenvolvimento no Alentejo Central, VICENTINA - Associação para a Protecção e Desenvolvimento do Algarve Sudoeste e ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal e das respectivas redes locais de associados e parceiros. O acolhimento da delegação argelina contou também com a participação do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais.

Minha Terra

TURIHAB certificada

A TURIHAB - Associação de Turismo de Habitação e a CENTER - Central Nacional de Turismo no Espaço Rural foram certificadas através da ISO 9001:2000 pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação. Para o presidente da TURIHAB, Francisco de Calheiros "a certificação é o resultado de 25 anos de trabalho e dedicação, quer da equipa de trabalho da associação, quer dos seus colaboradores, mas principalmente dos seus associados, uma vez que sem o empenho dos donos das casas não seria possível criar um produto de qualidade com esta expressão nacional".

O âmbito da certificação da TURIHAB é a concepção, desenvolvimento e implementação de serviços de promoção e comercialização de unidades de turismo no espaço rural inseridos na rede Solares de Portugal. A certificação da CENTER destina-se à implementação de serviços de promoção e comercialização e sistemas de reservas.

A ISO - International Organization for Standardisation tem como missão a promoção do desenvolvimento da normalização e actividades relacionadas, em todo o mundo, como elemento facilitador das trocas comerciais de bens e serviços, dentro dos princípios da Organização Mundial do Comércio. A ISO 9001:2000 integra uma série de boas práticas compiladas num conjunto de requisitos normativos. Estes requisitos fazem parte do Manual de Qualidade

da TURIHAB que tem como objectivos: descrever a política da qualidade e a estrutura organizativa da TURIHAB; fornecer informações aos colaboradores sobre os objectivos e responsabilidades e servir-lhes de apoio na realização das suas tarefas; e descrever os processos para garantir uma melhoria contínua do sistema da qualidade.

Depois da TURIHAB e da CENTER, o próximo passo é a certificação da marca Solares de Portugal. Durante o mês de Setembro, auditores da TURIHAB irão proceder a visitas às casas associadas por todo o país de forma a implementar o sistema de qualificação e a introdução do manual de boas práticas, cujo objectivo é o de assegurar a qualidade do acolhimento nas casas dos Solares de Portugal, traduzida na satisfação das necessidades e expectativas dos hóspedes e na preocupação de melhoria contínua dos serviços prestados.

TURIHAB





Porto Formoso - Um chá no Oceano
Pacheco, José António; Pacheco e Mendonça, Lda., 2005

Com o apoio do LEADER+/ASDEPR

Na época de ouro do chá açoreano (anos 40) chegaram a existir na ilha de São Miguel algumas dezenas de pequenos produtores, para além de seis fábricas com alguma dimensão. A Fábrica de Chá Porto Formoso é uma das duas únicas unidades de produção actualmente existentes em São Miguel (nos Açores e na Europa).

Tendo laborado entre as décadas de 20 e 80 (séc. XX), a Fábrica de Chá Porto Formoso reabriu em 2001 pela mão dos actuais proprietários, após três anos de obras de recuperação da fábrica e reconversão da plantação, bem como a criação de um espaço museológico e uma sala de chá, onde os visitantes podem não só saborear o chá Porto Formoso como também adquiri-lo.

Contar, de forma breve, a história do chá nos Açores, em particular a do chá Porto Formoso, sublinhando quer a sua importância sócio-cultural, quer o processo de fabrico, tipos, virtudes e modo de preparação do chá, terá sido o que levou José António Pacheco - o proprietário -, a editar esta publicação. Uma edição muito cuidada, ilustrada com rigor, com cerca de cem páginas, capa dura e formato pouco habitual (16x31 cm).



O Terceiro Sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades

Nunes, Francisco, Luis Reto e Miguel Carneiro; INSCOOP, 2001

Publicação editada pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), que procura analisar o estado e potencialidades do Terceiro Sector, em Portugal. O livro encontra-se dividido em três grandes áreas. Na primeira, procura-se realizar uma delimitação conceptual, de modo a compreender quem são as organizações constitutivas do terceiro sector, e que permite perceber uma grande diversidade organizativa. E esta natureza organizacional diversa que constitui o tema da segunda parte. Apesar do padrão de valores próximos, observam-se figurinos jurídicos distintos e práticas diferentes, reflexo de um universo organizacional multifacetado. Por fim, a terceira parte deste trabalho debruça-se sobre as questões de imagem. Uma vertente que, de acordo com este estudo, se revela "uma das dimensões mais descuidadas", não se observando "procedimentos sistemáticos que possibilitem a aferição e pilotagem das questões da qualidade e imagem".



O Terceiro Sector em Portugal - Directório de ONG
Ribeiro, Mário (Direcção científica e prefácio); Público, 2002

Reflexo da crescente importância da dinâmica da sociedade civil, uma vez que o terceiro sector representa já "2,2 por cento da população empregada", o jornal Público editou este Directório de ONG, com o objectivo de dar informação sobre a actividade desenvolvida e os serviços prestados por estas organizações.

A listagem de 656 organizações resulta das respostas a "um inquérito lançado a cerca de 3000 organizações da sociedade portuguesa que constam de ficheiros sectoriais" e de um anúncio de convite à participação publicado durante um mês nas páginas do jornal, e pretende dar "a conhecer os actores, a dinâmica e os projectos existentes de uma forma tão alargada quanto possível em cada um dos subsectores definidos".

Partindo da discussão da caracterização do terceiro sector em Portugal, a partir de três aspectos particulares: "definição do conceito e linhas de fronteira; a tipologia e suas características institucionais e, por último, as funções que desempenha do ponto de vista societal", a publicação surge estruturada em torno de dez subsectores que funcionam como capítulos temáticos: Ambiente e consumo, Cooperação para o desenvolvimento, Cultura e recreio, Defesa do património, Desenvolvimento local, Direitos humanos, Educação e juventude, Mulheres, Solidariedade social, e Outras.

No final, está ainda disponível um índice alfabético, que facilita a consulta, uma listagem de sites da Internet, e uma bibliografia de referência.



Cooperativismo, emprego e economia social
Barros, Carlos Pestana e J.C. Gomes Santos; Vulgata, 1999

Livro que reúne as comunicações apresentadas no *workshop* Cooperativismo, Emprego e Economia Social, organizado pelo CIEF - Centro de Investigação sobre Economia Financeira do ISEG, em conjunto com o INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo e IIEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A publicação está organizada em três secções, sendo a primeira intitulada "Cooperativismo e Economia Social", e "reúne artigos introdutórios e conceptuais sobre diversos aspectos do cooperativismo", abordando a história do cooperativismo português, fundamentos económicos e sociológicos, análise e caracterização do cooperativismo e economia social, e problemática dos recursos humanos.

Na secção "O cooperativismo português: perspectiva institucional" é feita uma perspectiva da política pública dirigida às cooperativas, uma crítica do quadro jurídico do cooperativismo português e uma análise da fiscalidade do cooperativismo.

Por fim, em "O cooperativismo português: perspectiva analítica" são feitas análises do ensino e investigação no campo do cooperativismo e economia social, da função económica das cooperativas, da eficiência relativa (com exemplo em adegas cooperativas vinícolas alentejanas), bem como das determinantes da constituição e dissolução de cooperativas.

www.ripess.net



A RIPESS - Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária, reúne os seus membros em torno da promoção internacional da economia social solidária, tendo como missão o estabelecimento de ligações entre as diferentes redes de economia social solidária e favorecendo o reforço das dinâmicas continentais.

Esta dinâmica nasceu do primeiro Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade, que teve lugar em Lima (Peru), em 1997, reforçada em 2001 com o segundo Encontro (realizado no Quebec, Canadá), e que terá uma terceira etapa em 2005, em Dacar (Senegal).

No *site* desta rede é possível saber mais sobre economia social e solidária. Também é possível aceder às Actividades da RIPESS e Espaço Imprensa, além de conhecer os Parceiros da RIPESS, Membros do Conselho de Administração, Membros do Comité Internacional de Ligação, Membros da Equipa Técnica, e Outros membros associados. O *site* lança ainda convite à participação dos interessados na rede, e disponibiliza declarações da RIPESS e Contribuições (artigos publicados pelos membros).

www.reasnet.com

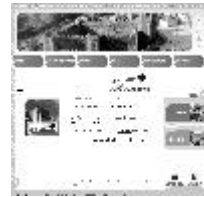


Site da REAS - Rede de Redes de Economia Alternativa e Solidária, associação não lucrativa, composta por mais de uma centena de entidades, agrupadas em redes territoriais e sectoriais, que actua em todo o território espanhol.

No *site* é possível obter informação mais detalhada sobre a REAS, consultar a Carta Solidária (desafios, princípios e compromissos), aceder a uma relação de Documentos (sobre economia solidária, empresas de inserção ou financiamento alternativo), e a um Espaço de anúncios (sobre economia solidária, consumo responsável, comércio justo ou banca ética). Pode-se também estabelecer ligação com um dos membros da Rede de Financeiros Alternativos e Solidários (GAP, REAS-Navarra, IUNA, Caixa Colonya, ou IDEAS), subscrever a revista Imagina (também disponível em versão *online*, com acesso a partir deste *site*) ou participar na *newsletter* interactiva, além de poder participar num Fórum de debate ou num *chat* (conversação *online*).

Existe ainda um espaço com ligações a numerosos *sites* espanhóis e internacionais de redes e entidades impulsionadoras de economia solidária, comércio justo e solidário, e banca ética.

www.pro-raia.pt



Site da Pró-Raia - Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte. No topo da página, em Pró-Raia encontramos uma apresentação da associação, estatutos, associados, órgãos sociais e contactos da Pró-Raia, além de estar prevista, para breve, informação sobre a equipa técnica.

Seguem-se os Domínios de intervenção, divididos em cinco áreas: PIC LEADER, Centro Rural Almeida Sabugal, formação profissional, UNIVA e Centro de Integração Sócio-profissional, com informação sobre estas iniciativas. O item Projectos proporciona o acesso a todos os projectos da Pró-Raia, organizado por cinco formas de pesquisa: Listagem total dos projectos, por área de actuação, por programa, por concelho e por freguesia. Em Região encontra-se informação sobre os cinco concelhos da zona de intervenção. O acesso a Roteiros turísticos aguarda disponibilidade para breve, enquanto em Publicações, temos uma listagem das edições da Pró-Raia.

Por fim, uma nota para os Comentários, que permitem o fácil envio de mensagens, e para Pesquisa, que disponibiliza um motor de busca por palavras e projectos.

SeaWatch

Aventura por mar e terra

Observação de cetáceos, aluguer de barcos, cruzeiros, mergulho turístico, programas de *jeep safari*, passeios pedestres e de bicicleta, observação de aves e plantas endémicas. Um rol de actividades de animação turística sob o logotipo SeaWatch, que tem por timoneiro o micalense José Franco.



Ano: 2001. As águas costeiras de São Miguel são sulcadas pela embarcação Garajau I, que realiza passeios turísticos de observação de cetáceos. Estas primeiras viagens marcam o aparecimento da empresa SeaWatch, sediada na Ribeira Quente.

O timoneiro desta nova empresa é José Franco. Micalense "orgulhoso" das origens, engenheiro químico de formação e natureza de viajante. "Nunca gostei muito de estar fechado num laboratório", confessa.

A odisséia empresarial implica uma viragem de 180 graus no percurso de vida. Para trás ficam 16 anos numa fábrica de cerveja, em Ponta da Garça, precedidos por uma vida académica dividida entre Europa e América do Norte. Aos 18 anos, vive um ano na Suíça, para estudar francês. Segue-se uma breve passagem de seis meses pelas ilhas Canárias, Espanha, com regresso a Portugal para casar. Com 22 anos, parte com a família, entretanto alargada com o nascimento da primeira filha, para os Estados Unidos da América, onde frequenta a universidade durante três anos. Estudos que prolonga do outro lado da fronteira, no Canadá, por igual período. O regresso a Portugal coincide com o início da actividade profissional, e só não marca a estabilização definitiva, porque José Franco ainda se aventura num Mestrado em Bruxelas, Bélgica, onde permanece um ano.

A sedentarização em São Miguel é acompanhada pela ascensão profissional na fábrica de cerveja, onde assume um cargo de director. No entanto, a estabilidade contrasta com a determinação em mudar. Consolidados os alicerces familiares, com "as minhas filhas já criadas", avança para um corte radical. "Resolvi mudar de vida, e mudei por completo", desabafo José Franco.

"Sou um homem do ar livre. Sempre estive ligado ao mar e à natureza", revela. Daí a lógica de envolver por uma actividade de convívio com a natureza. Da memória de José Franco

emergem recordações ligadas ao barco que teve com o pai, e da lembrança à realidade vai um passo. A SeaWatch nasce para fazer concorrência à única empresa de whale-watching existente em São Miguel.

A actividade, então insípida na ilha, é já aposta forte no Pico e Faial, e José Franco contesta a apatia micalense: "nós também temos muitas baleias, não havia era o hábito de ir vê-las". A SeaWatch aproveita a potencialidade e a proliferação de turistas na ilha. O elevado número de visitantes permite o alargamento da temporada. Sempre que o tempo permite e haja clientes, a SeaWatch sai para o mar. "Este ano, em Janeiro sai mais vezes do que em Maio", revela. As estatísticas não desmentem o "sucesso". Segundo o timoneiro da SeaWatch, em Julho deste ano, "estamos com mais 31 por cento que no mesmo dia do ano passado".

Qualidade de atendimento

O êxito é justificado pela aposta na qualidade. Ao primeiro barco junta-se um Garajau II, com capacidade para 36 pessoas, a equipa conta com quatro biólogos, e a qualidade de atendimento é um imperativo. "Desculpo tudo na minha empresa, menos uma falta de bom atendimento. Quem vem passar as suas férias está a pagar para ser bem atendido e bem servido", defende.

O imperativo alarga-se às outras actividades da empresa. Uma ampliação que surge com naturalidade. A compra do primeiro jipe justifica-se pelas necessidades de deslocação, e a viatura marca o início da realização de passeios pela ilha. Segue-se a aquisição de um segundo jipe, coincidente com os programas *jeep safari*. "Passeios *off-road*, por estradas secundárias, em que tentamos mostrar as partes da ilha que o turista normalmente não vê", esclarece. Do *jeep safari* aos passeios pedestres e de bicicleta foi um passo. Cruzando recursos, são

organizados "passeios conjuntos". O turista pode participar numa viagem para observação de cetáceos, fazer mergulho, caminhadas, passeios de bicicleta, jipe ou cavalo. Os recursos de que a empresa não dispõe são alugados a outros operadores. "Trabalhamos a medida, como dizem os americanos", sustenta.

Pelo meio, há lugar para o descanso. Desde 2003 que a SeaWatch dispõe do "Garajau", um restaurante típico localizado na Ribeira Quente, apoiado pelo programa LEADER+. Um pequeno projecto idealizado para servir os clientes dos programas de animação da empresa, previsto para servir 20 a 30 refeições diárias, mas que já teve "dias de servir mais de 200 refeições". Não muito distante, ainda na Ribeira Quente, situa-se a Villa Rental. Um empreendimento de habitação turística, apoiado pelo programa LEADER II, e promovido por José Franco como empresário individual, que complementa as outras actividades. Mais um projecto que "tem tido um sucesso extraordinário", revela o empresário, acrescentando que "de Maio a Novembro tenho uma ocupação que ronda os 90 por cento".

Contas feitas, ao nível da rentabilidade, as actividades "complementam-se", e os resultados estão longe de ser desanimadores. Para José Franco, o único desânimo assenta na impossibilidade de fazer mais vezes aquilo que gosta. "A minha ideia inicial era estar sempre no mar". O aumento de compromissos não o permite, além de que aos 48 anos, "as costas começam a doer mais".

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 31 | Julho/Agosto 2005

Propriedade

INDE - Interooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 843 58 70
Fax: 21 843 58 71
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Luis Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

Adiber, Adrama, Adrepes, Alcina Costa (Adae), Asdepr, Arde, Carolina Leão (Mó de Vida), Cresacor, Manuel Canaveira de Campos (Incoop), Manuel Rosa (IDRHa), Maria do Rosário Serafim (IDRHa), Minha Terra, Sandra Martins (ASCS), Turihab

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

João Limão

SeaWatch
Rua dos Moinhos, 9
Ribeira Quente
São Miguel - Açores
Tel/Fax: 296 584 670
seawatch@iol.pt
www.seawatch.com.pt

